



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

N.º 8

Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Évora realizada em 28 de Dezembro de 2002

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e dois reuniu, pelas quinze horas e dez minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia:**

- 1. Apresentação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Évora**
- 2. Informação do Presidente da Câmara Municipal de Évora sobre a actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo**
- 3. Mensalidades do Jardim «Raio de Sol»**
- 4. Revogação da deliberação da CMÉ de 17/07/98, onde é cedido um lote no Bairro das Coronheiras à Santa Casa da Misericórdia de Évora**
- 5. Norma de Controlo Interno**
- 6. Discussão do documento apresentado pelo grupo de trabalho, designado pela AMÉ em 18 de Outubro de 2002, para elaboração de proposta de critérios a aplicar no Município de Évora em futuras deliberações sobre requerimentos para isenção do pagamento de sisa, nos termos da lei n.º 171/99, de 18 de Setembro**
- 7. Grandes Opções do Plano para 2003**
- 8. Orçamento para 2003**

Estiveram presentes os membros da Mesa:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(A chamada foi efectuada mais à frente)

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto Oliveira, e pelos Vereadores Fernanda Ramos, Miguel Lima, João Libório, Jorge Pinto e Clara Grácio.



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente anunciou que existia uma falha técnica na aparelhagem sonora e de gravação, circunstância que não o desmotivou de iniciar a sessão. Assim, os factos que a seguir se relatam resultam dos apontamentos tomados.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ACTAS

O Sr. Presidente colocou à ponderação do colectivo os projectos de actas:

- N.º 3 DA REUNIÃO DE 27 DE ABRIL DE 2002

Dado que ninguém desejou usar da palavra, o Sr. Presidente colocou o documento à votação, o qual foi aprovado por maioria com duas abstenções.

- N.º 6 DA SESSÃO DE 28 DE SETEMBRO DE 2002

Em virtude de ninguém se ter inscrito para falar, o Sr. Presidente pôs o projecto de acta à votação, que foi aprovado por maioria, com duas abstenções.

- N.º 7 DA REUNIÃO DE 18 DE OUTUBRO DE 2002

O Sr. Palma Rita fez menção a um desfazamento existente no resultado da votação do 3º ponto da ordem do dia (Deliberação sobre o requerimento de isenção de sisa formulado pela empresa «Celeste Barbosa – Serviços de Contabilidade e Gestão, L.da», relativamente à aquisição de um prédio urbano para desenvolvimento da sua actividade) com aquilo que foi escrito no **EDITAL**, afixado nos lugares de estilo e publicado nos jornais “Diário do Sul” e “A Defesa”, solicitando ao Sr. Presidente que a situação fosse regularizada.

O Sr. Presidente respondeu ao Sr. P. Rita, coincidido a normalização do sistema sonoro com as suas últimas palavras, que se passam a citar: “.....deve tratar-se de um lapso, porque em situações anteriores tem vindo sempre explicitada a votação. Eu peço aos serviços que tomem a devida nota e espero que seja um acidente que não volte a repetir-se, não podendo eu, enquanto Presidente da Mesa, deixar de assumir a responsabilidade e de lamentar”.

Adiante, o Sr. Estevão Bicho lembrou que, aquando da discussão do 2º ponto da ordem de trabalhos (Deliberação para autorizar a CMÉ a vender em hasta pública 32 lotes de terreno para construção no concelho de Évora), fizera uma intervenção, a qual não vinha transcrita no documento, para mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

tendo sido o único eleito que votou contra, sendo esta situação, na sua óptica, um contra-senso. Neste contexto, quis saber o porquê de a sua alocação não constar na acta.

O Sr. Presidente argumentou que não sabia responder, indo dar instruções a quem redigiu o documento para reouvir o registo magnético da reunião de molde a resolver-se a questão, não deixando de pedir ao Sr. Bicho que articulasse com a assessoria da Assembleia o texto correspondente à sua declaração e de propôr ao colectivo o protelamento da votação do supracitado para a próxima sessão.

Figurando no fim da pág. 6 um depoimento do Sr. Jorge Lourido, este autarca deu conta que não fora ele a falar mas sim o Sr. José Piteira, Presidente da J. F. de Nª Sra. de Machede, pelo que solicitou a normalização do erro, concordando com a proposta do Dr. Capoulas Santos.

Entretanto, o Sr. Presidente fez saber que na pág. 8 havia outra inexactidão, na parte final do último discurso do Sr. Rui Rosado, dado que onde estava «**última assembleia**» deveria constar «**próxima assembleia**».

“Assim sendo, a Mesa aguardará as propostas de correcção e a acta será aprovada na próxima sessão”, afirmou posteriormente.

Prosseguindo e mudando de assunto, o Sr. Presidente deu a conhecer que foi publicado o 1º Boletim da AMÉ, o qual foi produzido amadoristicamente e visa apresentar este Órgão, as pessoas que o integram e as suas competências, figurando nele um resumo muito sintético das sessões realizadas ao longo deste ano e indo o mesmo ser distribuído por todos os lares do concelho.

Paralelamente, pôs à consideração do plenário a possibilidade de o atrás mencionado poder ser, no futuro, produzido trimestralmente, semestralmente, ou após a efectuação de cada reunião ordinária, tendo-se convencionado, consensualmente, a 2ª hipótese.

Sobre este assunto, o Sr. Andrade Santos enunciou: *“Quero felicitar os autores, o director e a Assembleia pela feitura desta edição, na medida em que penso que é uma iniciativa interessante.*

Aproveito para chamar à atenção para o facto de estarem dois nomes de Presidentes de Junta trocados, relativamente às fotografias que foram inseridas na 3ª página.

Por último, queria só perguntar se esta fotografia (pág. 10 ?) é de alguma visita a obras que me tenha escapado” (graça).

Voltando a usar da palavra, o Sr. Presidente proferiu: *“Eu já vos tinha falado que iria propor que definíssemos aqui um calendário das sessões ordinárias para o próximo ano, de forma a compatibilizar as nossas agendas e, simultaneamente, dar parâmetros de referência à Câmara. Assim sendo, proponho-vos as seguintes datas:*

- **Fevereiro** – dia 22 (sábado);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- **Abril** – dia 28, segunda-feira, porque os dois últimos sábados, dias 19 e 26, são a seguir a dois feriados, o que poderá motivar alguns problemas, em termos de «quorum».

A Sra. D. Carmen Balesteros interrompeu o orador antecedente inquirindo: “E essa reunião de segunda-feira seria à tarde ou à noite” ?

O Sr. Presidente respondeu: “À noite, visto que se fosse à tarde geraria dificuldades aos eleitos que não são funcionários públicos”.

Continuando, o Sr. Presidente sugeriu:

- **Junho** – dia 14, para evitar os dias 21 (inauguração da Feira de S. João) e 28 (véspera do dia de S. Pedro);
- **Setembro** – dia 27;
- **Dezembro** – dia 20, para não coincidir com o período entre o Natal e o Ano Novo.

Se tiverem de acordo será este o nosso calendário indicativo que só será alterado por razões de grande relevância”.

Todos os membros concordaram com as datas alvitadas.

Mais à frente, comunicou ter chegado à Mesa 1 moção e uma saudação que foram numeradas por ordem de chegada.

No que toca à primeira, que tem como subscritor n.º 1 o Sr. José Russo e como título «**Academia de Música Eborense**», o Sr. Presidente convidou o autarca atrás designado a descrevê-la.

O Sr. José Russo actuou em conformidade, sendo certo que o texto do documento principia assim: “A situação difícil porque passa a Academia de Música Eborense merece a maior atenção por parte de todos os cidadãos e, consequentemente, a intervenção das instituições municipais no sentido da procura das soluções necessárias à viabilização de uma Associação centenária com tantos serviços prestados e com méritos culturais reconhecidos no plano local e nacional.....”. A Moção fica apenas a esta acta, dela fazendo parte.

Tomando o uso da palavra, o Sr. José Cardoso observou: “Concordo inteiramente com a Moção, simplesmente, antes de qualquer apoio institucional da Câmara Municipal, há que determinar o estado a que chegou uma entidade com mais de 100 anos de existência. Eu imputo totalmente a situação de falência da Academia às gestões ruinosas que a dita tem tido nos últimos anos. Portanto, antes de qualquer apoio da edilidade ou de outras instâncias públicas, deve haver uma assunção total das responsabilidades do porquê se ter atingido uma situação de rotura total”.

Por sua vez, o Sr. Vitor Tomás exprimiu: “Eu penso que esta moção não é contraditória, conforme disse o meu ilustre colega e amigo José L. Cardoso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por outro lado, devo realçar que a Direcção da Academia foi demitida, existindo actualmente uma comissão administrativa, em cuja assembleia geral foi aprovada uma deliberação no sentido de se apurar responsabilidades e de participar ao Ministério Público o facto, uma vez que a acima citada é uma instituição de utilidade pública e, como tal, está sujeita a um regime de controle por parte do M. P.. Sem apoio, quer da Câmara Municipal quer do Poder Central (a CCRA ou a Direcção Regional da Educação) a agremiação morrerá. Mas também é importante não esquecer que a mesma possui um património importante, o qual pode ser usado pela cidade, designadamente o auditório, que tem merecido elogios de quem o visita”.

Não querendo mais alguém intervir, o Sr. Presidente pôs o documento à votação, que foi aprovado por unanimidade.

Passando para documento n.º 2, que tem como título «**Saudação aos trabalhadores em luta contra o pacote laboral**», o Sr. Presidente solicitou à respectiva 1ª signatária que o lesse.

A Sra. D. Maria Helena Costa leu o documento na globalidade, que começa assim: “Os trabalhadores lutaram e continuarão a lutar contra o pacote laboral do Governo, porque é um feroz ataque aos direitos de todos nós, independentemente da idade, do sexo, da profissão e do sector laboral de cada um.....”. Fica o documento anexo a esta acta, dela fazendo parte integrante.

No que concerne a este tema, o Sr. Palma Rita expressou: “O PSD votará contra esta saudação tendo em conta que o texto dela não corresponde à verdade, em termos de grande mobilização de massas, pois segundo o que vem hoje noticiado no jornal «**Expresso**», em resultado de uma sondagem efectuada pela Universidade Católica, apenas fizeram greve 10% dos trabalhadores e não 47%. Julgo que as sondagens da Católica ainda são válidas para umas coisas e para outras. Por isso, não vemos razão para votar a favor”.

Por seu turno, o Sr. Acácio Alferes comentou: “Moções que saúdem os trabalhadores e que estejam contra os ataques aos seus direitos de forma não totalmente justificada têm o nosso apoio, independentemente de poder haver um ou outro ponto em que possamos estar em desacordo com a argumentação da CGTP para a greve geral. De facto, consideramos que a aprovação deste código de trabalho não interessa ao desenvolvimento do país, é contra os trabalhadores e, por isso, louvamos a sua luta”.

A seguir falou o Sr. José Cardoso que salientou: “É evidente que não nos surpreende que o PSD vote contra a saudação, porque para o dito o código que está para ser implementado é apenas o princípio. Digo mais, em questões desta área nem o professor Marcelo Caetano foi tão longe em 1968. Nunca houve, que eu me recorde, um ataque tão brutal como agora àqueles que laboram, pelo que todas as posições que surgirem, quaisquer que sejam, contra a política deste Governo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

nomeadamente no que se refere ao estatuto de aposentação dos assalariados e do direito ao trabalho digno, são bem vindas a esta Assembleia e a todos os fóruns deste país”.

Finda a discussão da «**saudação**», o Sr. Presidente pô-la à votação, tendo ela sido aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor (do PS e da CDU), quatro abstenções (do PS) e dois contra (do PSD).

Logo após, o Sr. Presidente participou que chegara à Mesa outra moção (doc. n.º 3), que tem como título «**IV Encontro Nacional de Autarcas**» e como 1º assinante o Sr. Baltazar Damas, tendo pedido a este eleito que fizesse a respectiva apresentação.

O Sr. Baltazar Damas procedeu em conformidade, cujo texto se inicia assim: “*No passado dia 11 de Novembro de 2002 milhares autarcas de todo o país discutiram as implicações decorrentes da aplicação do art.º 18 da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2003.*

A uma só voz, fossem eles autarcas do PSD, do PS ou da CDU, repudiaram as acusações de despesismo imputadas às autarquias e sublinharam que o Poder Local, quando comparado com o Poder Central, tem até demonstrado muito maior capacidade de rentabilização dos dinheiros públicos, com reflexos evidentes no investimento e no emprego.....”.

Junta-se o documento a esta acta, ficando a pertencer à mesma.

“*Esta moção corresponde aos interesses do Poder Local e, como tal, não poderíamos deixar de apoiá-la. O artigo 18º, que aqui é referido abundantemente, foi contestado nessa assembleia de eleitos locais, em Santarém, e eu só perguntaria se, efectivamente, a proposta que lá foi feita de pedido de inconstitucionalidade teve algum andamento, caso a CMÉ tenha alguma informação sobre isto. De qualquer forma, é favorável a nossa posição sobre esta matéria*”, disse o Sr. Andrade Santos de imediato.

Como mais ninguém desejou falar acerca do tema, o Sr. Presidente colocou a moção à votação, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e seis votos a favor (do PS e da CDU) e dois contra (do PSD).

Depois, tomou a palavra o Sr. Acácio Alferes que citou: “*Não queria deixar de saudar os grupos parlamentares do PS e da CDU por terem procurado que fosse apreciado na Assembleia da República o decreto-lei que procedeu à alteração da delimitação do NUT – Alentejo.*

Por outro lado, estranhei que os deputados eleitos pelo PSD não tivessem tomado uma posição contra a modificação dos limites geográficos desta província. Será que eles concordam ? Põe-se-me a dúvida. Até porque já soube que na votação de 11 de Dezembro o diploma foi mesmo aprovado, isto é, neste momento temos mais concelhos no Alentejo e, se calhar, vamos no caminho da mais pobreza. Lamento profundamente que homens eleitos com o voto dos alentejanos tenham pactuado, pelo menos com o silêncio, com esta imposição do Governo, o qual nos está constantemente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

habituar a que «falem para aí que nós fazemos o que queremos», num autoritarismo incompreensível.

À bocado foi lida uma moção pelo Sr. B. Damas. Eu informo que participei nesse encontro de autarcas, em cujo evento todos os presentes, incluindo os presidentes de câmara de Vila Nova de Gaia e de Viseu, expressaram críticas severas contra a posição da Administração Central face ao estabelecimento do art.º 18º da Lei do Orçamento de Estado para 2003”.

“Eu queria sublinhar dois aspectos:

- **Primeiro** – A expressão Alentejo tem alguma coisa a ver com a região em que estamos. De facto, é território que está para além do Tejo e agora ficámos com uma parte da zona que está aquém dele, o que julgo que é, no mínimo, bizarro. Histórica e culturalmente, esta mudança não me parece defensável, mas isto não significa, ao fazer este comentário, que não devamos ter muito cuidado, para que os ribatejanos, que precisam de ter acesso ao Q.C.A., não considerem que está a haver da nossa parte uma tomada de posição agressiva que não tenha em conta as suas necessidades;
- **Segundo** – Não sei se foram feitos cálculos que permitam apreciar qual será a evolução do Alentejo no que respeita aos índices. Com efeito, neste momento, a adicção dos concelhos ribatejanos já vem originar a subida do nosso nível médio de produto interno bruto de sessenta e tal para setenta e um por cento. Portanto, estamos a aproximar-nos dos 75% do nível médio da riqueza criada nesta província, a partir do qual podemos sair da área do objectivo 1, ou seja, uma região contemplada com financiamentos mais substanciais. Esta medida carecia ter sido melhor ponderada e outras poderiam ter sido tomadas para atingir o mesmo fim, nomeadamente a formação doutra NUT que incluísse o território ribatejano”, declarou posteriormente o Sr. Andrade Santos.

Terminada esta derradeira dissertação e em virtude de não existirem mais inscrições para debate, o Sr. Presidente deu por concluído o P.A.O.D. e passou a fazer a chamada, tendo-se verificado mais as seguintes presenças (para além dos membros da Mesa): Vitor Tomás (em substituição de Lino de Carvalho), Acácio Alferes, Carmen Balesteros, Paula Cristina N. de Deus (no lugar de Mafalda Troncho), Raimundo Cabral, J. Palma Rita, Rui Rosado, José Cardoso, Jorge Lourido, António Serrano, Celino Silva, Agostinho Banha (em vez de Rui Grilo), M.^a Augusta Pereira, J. Andrade Santos, Luís Carmelo, M.^a Helena Costa, Nuno Lino, Carlos Percheiro, António Ramos, Luís Pasadas, M.^a Helena Silva, José Mateus, Baltazar Damas, Luís Orvalho (em substituição de M.^a Luísa Baião), Vitor Santos, Estevão Bicho, Isidro Lobo, Francisco Estevão, José Piteira, João Valverde, João Ricardo, António Russo, J. Bravo Nico, Joaquim Manuel Janeiro (no lugar de Miguel Chumbo) e João Rodrigues.

Faltaram os(as) Senhores(as): M.^a Gabriela Silva e Jerónimo Mendes.



PONTO 1 – APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ÉVORA

O Sr. Presidente deu a conhecer que agendara o ponto em epígrafe por solicitação de alguns elementos da respectiva Comissão, tendo-lhe parecido oportuno, num momento em que se fala tanto em jovens em risco, que fosse feita a sua apresentação, coisa que se convencionou que fosse efectuada pela Presidente da supracitada, sendo preciso para tanto a anuência da A. M.. Como a Senhora ainda não tinha chegado, o Dr. Capoulas Santos pediu ao Sr. Rui Rosado que esclarecesse a situação.

Então, o Sr. Rui Rosado justificou: *“Queria dizer que estou surpreendido pelo período antes da ordem do dia que hoje foi particularmente breve. Eu tinha dito à Sra. Presidente da Comissão que, normalmente, o PAOD demora cerca de 2 horas, só que desta vez encurtou-se extraordinariamente e nessa conformidade «mea culpa» pelo mau procedimento como intermediário. Telefonei-lhe e ela disse-me que dentro de meia hora estará cá. Assim, peço desculpa pelo atropelo da ordem de trabalhos e acho melhor o Sr. Presidente avançar para o ponto seguinte”.*

Face ao explanado, o Sr. Presidente acentuou que pretendia o consentimento da Assembleia para dar cumprimento a este ponto, não tendo alguém obstaculizado a intenção. Deste modo, o ponto 2 passou a 1.

PONTO 2 (PASSOU A 1) – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

O Sr. Presidente da Câmara informou plenário sobre as actividades desenvolvidas pela edilidade nos meses de Setembro, Outubro e Novembro/2002, destacando especialmente:

- A importância do traçado do TGV passar pelo Alentejo, com paragem em Évora, cujo tema deve suscitar a atenção de todos os órgãos autárquicos do município e que vai continuar a ter prioridade na atenção das linhas de afirmação estratégica do desenvolvimento sustentado da nossa cidade e do nosso concelho;
- O **Dia Europeu sem Carros**, cujas comemorações revelaram-se particularmente significativas, uma vez que se deu início a um processo de progressiva pedonalização da área monumental do centro histórico, tendo-se, para tanto, encerrado o trânsito na Praça de Sertório, indo-se privilegiar o estacionamento para moradores e para comerciantes. Em contrapartida, irão ser construídos parques de estacionamento de grande dimensão inseridos na envolvente directa das muralhas;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- A celebração do **Mês do Idoso**, que foi feita de uma forma diferente, já que se procurou alcançar 3 objectivos:
 - 1º - Não se ficar por uma comemoração meramente simbólica;
 - 2º - Não restringir os festejos à população idosa mas sim estimular o convívio inter-geracional;
 - 3º - Descentralizar a acção por todas as freguesias do concelho.;
- A efectuação da **2ª Feira do Livro**, numa organização conjunta da edilidade e dos livreiros da urbe, a qual excedeu as expectativas de todos, no que toca quer ao número de visitantes quer ao volume de vendas realizadas.

Mais à frente asseverou: *“Desenvolveram-se acções no âmbito das relações internacionais, com a preparação, em Évora, da 1ª reunião nacional da rede AVEC, com a selecção do apoio ao jovem participante no Fórum da Juventude.*

No **desporto**, realizou-se a 2ª Meia Maratona Arraiolos – Évora e a fase distrital da Festa da Malha, para além da organização do Meeting Internacional de Orientação «**Évora – Cidade Património Mundial**».

Na **educação**, teve lugar a recepção ao professor e a atribuição de subsídios no âmbito da acção social escolar.

No **desenvolvimento económico**, acompanhou-se a instalação da Academia Aeronáutica de Évora e foram arrançados os espaços exteriores do Parque Industrial e Tecnológico.

Na área do **Turismo**, acompanhou-se o projecto da respectiva Região para um melhor acolhimento ao turista e ambas as instituições participaram na Feira de D. Benito.

Na renovação do centro histórico, organizaram-se intervenções nos espaços públicos, cujas obras irão iniciar-se no dia 6 de Janeiro p. f. no Largo Luís de Camões e na Rua Elias Garcia, o que vai certamente originar grandes problemas de trânsito durante 120 dias.

Continuaram os trabalhos nas vias de comunicação na zona oeste, junto às piscinas municipais, na variante à EN n.º 18, na via de cintura – Ramo Norte, e a estrada de Guadalupe foi concluída.

No capítulo do **saneamento básico**, acabou-se a obra da ETAR da Boa-Fé e prosseguem os trabalhos de ampliação e remodelação da ETAR de Évora.

Nas **infra-estruturas urbanas**, continuou-se com a requalificação do Bairro Garcia de Resende e do parque de recreio das Coronheiras.

Quanto ao **ambiente**, elaborou-se a proposta do programa base para o lançamento de um concurso de ideias visando a implantação de circuitos pedonais e de velocípedes nas Freguesias de Nª Sra. da Tourega, S. Sebastião da Giesteira, Boa-Fé e Guadalupe, projecto este que será desenvolvido no âmbito do programa LIFE, em parceria com a C. M. de Montemor-o-Novo, tendo-se também terminado obras nos espaços exteriores de um loteamento de S. Miguel de Machede.

Paralelamente, é de evidenciar a procura que esta urbe continua a ter por parte do Governo e da Presidência da República, que a inserem, habitualmente, nos roteiros das visitas de estado que são feitas ao nosso país, sendo exemplo disso a recente deslocação da Sra. Presidente da República da Irlanda que se manteve aqui durante 1 dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Foi igualmente importante a recepção que se fez a um grupo de membros do parlamento da Baviera que, durante 2 dias e a pedido da embaixada da Alemanha, visitou o nosso país.

No âmbito das **relações internacionais**, chamo particularmente a atenção para o lançamento de um projecto que corresponde a uma candidatura já apresentada no dia 30 de Outubro/02 ao INTERREG 3 A, conjuntamente com a Junta da Extremadura e o Instituto Ferial de D. Benito, visando a construção do novo Parque de Feiras e Exposições, cujo processo se vai desenvolver durante o ano de 2003.

Para além disso, preparámos 3 candidaturas ao programa LIFE, duas delas em articulação e em parceria com a C. M. de Montemor-o-Novo, que têm a ver com a serra de Monfurado e a definição de circuitos pedonais e o melhoramento de caminhos e a gestão integrada da floresta, que ocupa, no caso concreto do nosso município, parte das Freguesias de N^a Sra. da Tourega, S. Sebastião da Giesteira. Boa-Fé e Guadalupe.

No que toca à **captação de financiamentos externos**, vimos aprovada uma candidatura, por parte da unidade de gestão do PORA, sobre infra-estruturas dos Canaviais e foram apresentadas outras, correspondendo uma delas à via de ligação Piscinas – Vista Alegre, no valor global de 1.123.667,00 €.

Foi também concluída uma candidatura que já vinha do anterior Executivo, no contexto da poupança de energia da iluminação pública, e apresentaram-se ao INTERREG, em parceria com a C. M. de Mérida, outras duas, denominadas **Lusitânia Turística** e **Lusitânia Cultural**, integrando-se, no caso de Évora, a primeira na criação do Centro Arqueológico do Convento dos Remédios e a segunda na formação do Centro Contemporâneo de Arte Popular, a desenvolver nos ex-Celeiros da EPAC.

Na **Divisão de Apoio ao Desenvolvimento Económico**, foi feito um esforço muito grande para clarificar e tornar mais gerível a participação da CMÉ em empresas mistas, nomeadamente no que se refere à empresa municipal para o mercado 1^o de Maio.

No domínio do **Departamento de Acção de Administração Urbanística**, naturalmente que as revisões dos Planos Director Municipal, de Urbanização de Évora, de Urbanização dos aglomerados rurais e de Pormenor dos Leões ocuparam uma parte relevante do nosso trabalho.

No tocante aos **estudos e projectos concluídos**, realço o projecto de ligação, em eco-pista, entre Évora e Graça do Divor, utilizando a linha de caminho de ferro já desactivada do ramal de Mora, estando-se em negociação com a REFER para o efeito.

Com respeito ao **Departamento do Centro Histórico**, a acção mais importante centra-se na organização da intervenção que está prevista iniciar-se no dia 6 de Janeiro p. f., no contexto das obras do PROCOM, que teve que ser completamente alterada em relação aos planos iniciais, porque foi decidido pela Vereação que os trabalhos não se deviam confinar apenas a arranjos de pavimentos e de exteriores, mas que devia ser aproveitado esse momento para se proceder a uma reformulação profunda das infra-estruturas enterradas, conseguindo, nomeadamente, a separação da rede de esgotos onde ela for possível, o que trará benefícios, já que poupará à ETAR de Évora um volume de efluentes muito significativo.

Nas **obras municipais** concluíram-se algumas delas, designadamente a repavimentação da estrada do bairro de Almeirim e de algumas das suas ruas, a estrada de Guadalupe, a asfaltagem do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

caminho municipal em Vale do Pereiro, o calçetamento de passeios no bairro dos Álamos e na Rua dos Castelos, a construção de um alpendre na escola primária de S. Bento, etc..

*Com referência à **Divisão de Equipamento Urbano e Ambiente**, quero lamentar a pouca colaboração que temos recebido do Hospital de Évora no que respeita à implementação do programa **uma vida uma árvore**, cuja instituição não tem cumprido com o que está acordado, que é apenas de informar a Câmara das crianças que vão nascendo na sua maternidade, filhas de pais residentes em Évora, para que pudéssemos dar consequência ao supracitado.*

*Nas **Águas e Saneamento**, registe-se a conclusão da ETAR da Boa-Fé e semelhante equipamento de Valverde continua em edificação, prevendo-se o seu acabamento no 1º trimestre de 2003.*

Simultaneamente, procedeu-se à melhoria na rede de esgotos do bairro Nª Sra. do Carmo, na Rua dos Castelos e na Rua Fria, e tem-se continuado a implementação do sistema de contentores subterrâneos na área do centro histórico, dos quais cerca de 2/3 já estão instalados”.

Para terminar, fez alusão à situação financeira do Município, explicitando que as **receitas** atingiram, até 30.11.02, o montante de 36.649.978,00 € e as **despesas** chegaram aos 29.546.100,00 €, estando ainda por contabilizar perto de 7.000.000,00 € devido à necessidade de articular esta cifra com os novos critérios introduzidos pelo POCAL.

O endividamento bancário de médio e longo prazo, mercê da contratação do empréstimo de saneamento financeiro que foi feito, aumentará em 10.880.000,00 €, de acordo com a previsão, mas, em contrapartida, haverá uma diminuição do débito de curto prazo de valor muito superior, o qual, este ano, conseguirá ver-se diminuído em 14.970.540,00 €, especificou.

Tendo sido distribuído no início da sessão um documento relativo à execução orçamental acumulada da CMÉ, correspondente ao 3º trimestre, a Sra. D. Carmen Balesteros manifestou que não se encontrava em posição de o discutir, porque o tempo para o analisar fora muito curto, pelo que propôs que o mesmo fosse eventualmente debatido na próxima sessão da A. M..

No que se refere à **Informação**, demonstrou interesse em ser elucidada sobre o programa **Lusitânia Turística**, não deixando de vincar que ele já provinha da anterior administração, o qual contemplava o Centro Arqueológico e outras instituições, nomeadamente no âmbito da música, tendo perguntado se o apoio às segundas tinha sido retirado do Convento dos Remédios e do supracitado e porquê.

Aflorando depois a pág. 29, quis também ser esclarecida acerca da suspensão das obras das instalações do Arquivo Fotográfico Municipal e da remodelação dos Espaços Públicos – PROCOM/ÉORACOM. “Disse o Sr. Presidente, e penso que certamente por engano, que a interrupção desses trabalhos se deveu ao facto de os projectos preverem apenas remodelações ou arranjos de pavimentos. Julgo que todos temos noção e temos a certeza que a maior parte dos atrás mencionados implicaram outro género de intervenções, designadamente ao nível das infra-estruturas, a instalação da rede eléctrica, de fibra óptica e das condutas do gás natural e, até, a renovação de esgotos”, exprimiu posteriormente.

Para fechar e em virtude de ter visto no documento, nas actividades alusivas ao **Núcleo dos Jardins**, a cedência de apenas 7 árvores a uma escola e a plantação de outras 5 e face à explicação dada pelo Sr. Presidente da autarquia, comentou que era pena que o hospital não colaborasse, uma vez que estava seriamente admirada que nesta cidade só tivessem nascido 5 bebés, esperando que no próximo ano as coisas melhorem para benefício deste concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Entretanto, o Sr. Presidente sugeriu que ocorressem ciclos de 3 intervenções respondendo o Sr. Presidente da CMÉ de seguida, tendo a ideia merecido a concordância do plenário e do Dr. José Ernesto.

Tendo-se escrito na **Informação** de Junho, no capítulo respeitante ao **Departamento de Administração Urbanística**, que havia a possibilidade de se suspender o Plano de Pormenor dos Canaviais e tendo-se narrado em idênticos documentos de Setembro e de hoje algo mais desenvolvido, ao ponto de se citar «.....*procede-se neste momento a um levantamento exaustivo de tal situação para, eventualmente, se proceder à sua suspensão com a declaração de medidas preventivas,.....*», o Sr. Estevão Bicho fez notar que este caso está a provocar diversos problemas não só a alguns munícipes que compraram casas usadas para habitação própria que precisam de ser reconstruídas, mas também a vários construtores que reedificaram moradias para venda e que estão agora completamente parados, pelo que pediu, na qualidade de Presidente da Junta e em nome da população dos Canaviais, que a situação fosse definida o mais rapidamente possível.

O Sr. Bravo Nico inquiriu ao Sr. Presidente da Câmara se tinha alguma informação acerca do funcionamento do Aterro Sanitário Inter-municipal, se as questões a as normas de segurança ambiental estavam a ser observadas, se estavam ou não a ser feitos os procedimentos adequados no sentido de ser efectuada a selecção e posterior reciclagem de alguns materiais e se tinha alguma data provável para a colocação de centros de recolha selectiva do lixo urbano nas freguesias rurais.

Respondendo às questões postas pela Sra. D. Carmen Balesteros, o Sr. Presidente do município proferiu: *“como sabe, em todas as sessões ordinárias da A. M. é obrigatório que o presidente da câmara traga não só o relatório geral sobre a actividade da autarquia e dos seus serviços, mas também a informação acerca da situação financeira, de forma que na próxima reunião terão que vir, forçosamente, outros documentos actualizados.*

*Sobre o programa **Lusitânia Turística**, quero dizer que os 2 projectos, quer do Convento dos Remédios quer dos ex-Celeiros da EPAC, estavam previstos no âmbito de uma outra operação e surgiu-nos, mercê do desafio que nos foi lançado pelo ayuntamiento de Mérida, a possibilidade de candidatar os mesmos ao INTERREG, cuja data limite para apresentação das mesmas era 30 de Outubro/02, pelo que foi preciso utilizar os estudos prévios que estavam em condições de avançar, conforme foi o caso. Portanto, tudo aquilo que estava previsto no anterior programa não foi minimamente revisto e manteve-se no novo concurso.*

Relativamente à suspensão das obras do PROCOM, a Sra. deputada municipal sabe que essa decisão foi tomada pela Vereação anterior quase no final do mandato, por razões várias, entre as quais a proximidade do período eleitoral e a época natalícia. A intenção deste Executivo é de só reiniciar os respectivos trabalhos com os projectos completos, por forma a possibilitar efectuar-se aquilo que não foi feito, que são candidaturas complementares ao próprio PROCOM, dado que este programa só financia obras ao nível da pavimentação e não ao das infra-estruturas, não tendo estas sido alvo de um concurso específico anteriormente. Aquilo que eu disse não foi em relação aos trabalhos já feitos mas àqueles que se irão realizar e que precisam de projectos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

*Quanto ao **Arquivo Fotográfico**, a situação prende-se com as alterações que foram feitas ao projecto inicial, as quais pressupõem o arranjo do pátio para funcionar, eventualmente, como sala de cinema ao ar livre, e o hall de entrada para ser aproveitado como galeria de exposições. É por isso que as obras estão interrompidas, que recomeçarão assim que atrás o mencionado esteja concluído”.*

No que concerne ao assunto exposto pelo Sr. E. Bicho, solicitou ao Vereador Miguel Lima que prestasse os devidos esclarecimentos.

Assim, o Sr. Arq.º Miguel Lima expressou: “O Sr. Presidente da J. F. de Canaviais sabe, seguramente, que os problemas que estão a acontecer têm a ver com o registo dos loteamentos que a anterior administração municipal aprovou ao longo dos anos e que não estão de acordo com o Plano de Pormenor existente, porque o dito é muito rigoroso na implantação dos imóveis, quanto ao número de pisos e de fogos, pelo que qualquer modificação que se faça a isso as entidades têm que registar esses alvarás e não o fazem, não conseguindo as pessoas efectuar as escrituras definitivas. E como é que se consegue dar a volta a isto ? É com a revisão do PDM que se está a ultimar, indo nós propor a revogação do Plano de Pormenor e determinar-se-á um perímetro urbano para os Canaviais, ficando, deste modo, o problema resolvido”.

Continuando, o Sr. Presidente da CMÉ prontificou-se a responder às interrogações postas pelo Sr. Bravo Nico, dizendo: “O Aterro Sanitário é um processo que tem vindo a ser executado pela Associação de Municípios de Évora, que tem estado a tratar a parte da constituição da empresa que irá proceder à sua administração e, no fundo, à implementação das restantes componentes do mesmo. Neste momento, está apenas construída a 1ª fase da infra-estrutura e está-se a concluir a parte das estações de transferência dos vários municípios que integram esta associação. A 2ª fase ainda contempla a recolha selectiva e a 3ª fase será a reciclagem e o aproveitamento da reutilização dos resíduos.

Quanto às condições de funcionamento do Aterro, tenho chamado várias vezes à atenção dos responsáveis para as preocupações levantadas pelo Sr. Presidente da J. F. de Nª Sra. da Tourega, os quais me garantiram que os parâmetros e as condicionantes de laboração do equipamento estão a ser cumpridos, esperando nós que as coisas no futuro venham a melhorar”.

Figurando na pág. 21 da **Informação** que a Câmara «**acompanha processo de recuperação da empresa UNESUL**», o Sr. Raimundo Cabral perguntou se a reabilitação tem sido positiva ou se se mantêm as dificuldades dela.

Mudando de tema, divulgou que teve a possibilidade, inserido numa delegação do PCP, de visitar a Academia Aeronáutica instalada no aeródromo de Évora. Pelas explicações que foram dadas, os elementos do aludido Partido saíram muito apreensivos com o futuro daquela instituição, na medida em que a TAP, detentora de uma grande parte do capital da acima citada, não a utiliza para a formação dos seus pilotos, para mais dispendo de tecnologia altamente qualificada para o efeito, do melhor que há no mundo. Ora não vindo esta matéria narrada do documento em equação, inquiriu à Vereação se estava inteirada da situação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A seguir falou sobre o TGV, salientando que a União Europeia já decidiu que o que vai haver é transporte de grande velocidade e não de alta velocidade, tendo o governo espanhol já determinado o seu itinerário e a Administração Central de Portugal parece que está à espera que «os comboios passem» para estabelecer o trajecto no nosso território. *“Se for verdade que a UE optou pela 1ª hipótese, é preciso ter em conta que numa linha de grande rapidez são necessários 60 kms para arrancar e outros tantos para travar, segundo os pareceres técnicos, e estando deliberado pelo governo espanhol que vai haver uma paragem em Badajoz e se o caminho for entre esta cidade e Lisboa, passando pelo distrito de Évora, torna-se claro que não vai existir paragem em Évora. Por isso, nós perguntamos quais serão as contrapartidas que os alentejanos e os eborenses irão ter se o TGV «cortar» este distrito”,* declarou de imediato.

Também acerca da arborização da cidade, lembrou que o Sr. Presidente da Câmara prometeu, durante a campanha eleitoral, plantar 1000 árvores por ano, se a memória não lhe falhava, não sabendo se o projecto estava a ser cumprido. Compreendendo que no 1º ano de mandato há necessidade de os eleitos se adaptarem às suas novas funções, afirmou esperar, contudo, que nos restantes 3 anos a média possa ser alcançada.

Tomou depois a palavra o Sr. Andrade Santos que disse: *“Eu vou debruçar-me sobre a **Execução Orçamental** e em 1º lugar, no que toca às **receitas**, aparecem duas rubricas cuja redução muito pronunciada me leva a perguntar quais são as possibilidades de concretizar o Orçamento. Figuram elas nas **receitas de capital** e estão codificadas de 0801 (Terrenos e recursos naturais) e de 0802 (Edifícios e outras construções). O que está aqui previsto são 16.676.000 €, quase 3,5 milhões de contos, e em realização temos apenas 767.404 €. Portanto, estamos perante um montante grosso para o fim em vista.*

*A outra verba cuja execução me parece também estar relativamente atrasada é a que se prende com a **Prestação de serviços**, conta 0603, em que para um cálculo de 5.437.000 € a execução está em 2.440.597 €.*

*Na pág. 3 do documento temos uma rubrica enigmática chamada **Outras** (09010104) com perto de 15.000.000 € orçamentados e apenas 1.193.484 € contabilizados.*

Por outro lado, como a piada já foi dita à bocado, eu gostaria de dizer que em todas as reuniões da A. M. levantei a questão da visita às obras municipais, não com o gosto especial em andar a «chapinhar na lama», mas porque como vereador do pelouro, quando fui eleito para esta Câmara, tive o cuidado em organizar a mesma, parecendo-me normal que a Assembleia tivesse condições para isso. Não sei o que concluir, mas espero não ter que deduzir que não há vontade de a levar a cabo. Isso seria antipático”.

Tendo o Dr. José Ernesto falado na **eco-pista**, que vai ligar Évora à Graça do Divor pelo antigo caminho da CP do ramal de Mora, o Sr. Isidro Lobo perguntou-lhe qual era a situação do momento, em termos de contratação com a REFER, uma vez que há anos que se fala nisso e no concreto não se vê nada.

De imediato, sublinhou que, após 13 anos como Presidente da J. F. da Graça do Divor, foi a primeira vez que não se efectuou qualquer benefício na dita, sendo isso preocupante para uma terra que evoluiu tanto no período atrás designado, para mais quando se diz na Informação que o Plano de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Urbanização irá ficar pronto até final do ano sem ter acontecido a reunião que estava marcada naquela localidade, que foi adiada devido a problemas de doença de um técnico. Entretanto, a Junta formulou pedidos para encontros com a Câmara e até à data não obteve qualquer resposta.

Para terminar, desejou que as coisas funcionem melhor no futuro para bem de todos.

Em virtude de o Sr. Raimundo Cabral ter colocado uma questão sobre a UNESUL, o Dr. José Ernesto delegou a resposta no Vereador João Libório, com o consentimento do Sr. Presidente da Mesa.

Assim, o Sr. Vereador João Libório afirmou: *“A recuperação não está a ser fácil, diria mesmo que neste momento está parada, por uma dificuldade da Divisão Jurídica e de Notariado. E isto porquê ? Porque, nos termos do acordo que foi celebrado, a CMÉ estava a pagar prestações sobre terrenos que iriam reverter para si própria, ou seja, a edilidade já tinha liquidado inicialmente uma parte dos atrás mencionados e agora voltámos a pagá-los. Essas prestações foram suspensas por nossa indicação e isto por uma razão muito simples: é que se descobriu que sobre os terrenos.....(aqui a cassette n.º 2 chega ao fim e não se consegue ouvir a frase completa).....não tendo sido possível, até à data, localizar o Sr. Eng.º Ataíde, não sei porquê”*.

Regressando ao uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara observou: *“Em relação ao tema da Academia Aeronáutica, comungo as preocupações levantadas pelo Sr. R. Cabral. A autarquia acompanhou desde o princípio a instalação da instituição em Évora no pressuposto do seu contributo para o desenvolvimento local, só que não depende de nós a viabilização da mesma. E aqui é que se põe uma questão muito séria: é no que respeita ao desinvestimento, não só de capital mas também de interesse, que a TAP manifesta e nas dificuldades que a Academia enfrenta para ver reconhecida a sua actividade no plano internacional, porque a entidade nacional que poderia licenciar uma escola de pilotos não tem competência para o fazer. Eu pedi entrevistas aos Srs. Ministros dos Transportes e das Cidades (este porque é gestor dos fundos comunitários e, como se sabe, a Academia foi fortemente apoiada no âmbito do II Q.C.A.) para abordar este assunto, as quais ainda não foram marcadas. Nesta conformidade, peço a compreensão da Assembleia para o facto de a Câmara Municipal ter que gerir com muito rigor e com muita atenção os dinheiros públicos e as suas prioridades. E isto é para dizer que há necessidade de se fazerem investimentos no aeródromo para viabilizar a Escola de Pilotos, que rondam os 200.000 cts, e que nós tomaremos a opção de os efectuar ou não mediante as garantias que tivermos da sustentabilidade daquele projecto.*

Em relação ao TGV, eu julgo que é mau, sob o ponto de vista estratégico, nós levantarmos a questão da proximidade entre Badajoz e Lisboa para não justificar uma estação em Évora, tendo em conta o tempo de paragem e de arranque do comboio. Bom, eu respondo a isto muito facilmente: estão previstas estações de TGV para cada uma das 3 cidades da extremadura espanhola (Badajoz, Cáceres e Mérida) e elas estão muito mais perto entre si do que qualquer uma das outras. Eu não vejo que o interesse regional e local seja defendido quando se vai criar uma estação em Lisboa, 3 em Espanha (na extremadura) e nenhuma no Alentejo. Por outro lado, se aqui parar o dito comboio não significa que seja assim com todas as viagens. Os estudos de sustentabilidade económica



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

estimam que hajam 7 carreiras diariamente entre Lisboa e Madrid, no mínimo, e se conseguíssemos que em Évora parassem 1 ou 2 seria uma grande valia para a cidade.

Quanto ao aspecto da velocidade alta e da grande velocidade, os últimos artigos de opinião publicados em vários jornais todos defendem a necessidade e a validade da paragem do TGV nesta urbe.

No que toca às contrapartidas, procuraremos que se faça a remodelação das restantes linhas de âmbito nacional e regional, nomeadamente as de comunicação entre as cidades mais significativas do Alentejo.

*O assunto das **1000 árvores por ano**, não foi uma promessa mas sim um compromisso, que será ou não cumprido mediante as condições que existirem. As 1000 árvores por ano significa que é preciso recuperar muito tempo perdido na arborização do nosso município. Por exemplo, na renovação que foi levada a cabo na estrada das Alcáçovas, entre o parque de campismo e a cidade, não foi plantada uma única espécie e nós temos um projecto para rearborizar aquele percurso.*

Quanto ao apontamento do Sr. Andrade Santos, na rubrica 0603 (Prestação de Serviços) prevemos que até ao final do ano sejam contabilizados 3.500.000 € o que ficará um pouco aquém do previsto, mas seria talvez inédito se o Orçamento fosse cumprido a 100%, quer no plano das receitas quer no capítulo das receitas. Se atingirmos a média dos últimos anos, que nunca ultrapassou os 60 %, concluiremos que os objectivos foram alcançados.

*No que se refere aos **Terrenos e recursos naturais**, o cálculo de 12.470.000 € para uma execução baixa tem a ver com as dificuldades que se encontram em organizar processos capazes de poderem traduzir a entrada de proventos através da alienação de património, porque só se podem pôr lotes à venda desde que eles estejam, sob o ponto de vista cadastral, completamente identificados com o município de Évora. O que acontece na maior parte das vezes é que não se faz o registo cadastral quando os lotes da CMÉ transitam para o património através de operações urbanísticas várias. Mas existem outras explicações para isto. De facto, todos sabemos que estamos a viver num contra-ciclo em termos de crescimento económico, ou seja, foram feitas algumas tentativas de venda de terrenos, não se tendo atingido os objectivos que estavam planeados. Estou-me a lembrar de 19 T1 previstos para construir no Alto dos Cucos, com uma receita esperada de trezentos e tal mil contos, que não teve concorrentes, e de um lote que encosta ao Hotel D. Fernando, orçado em mais de duzentos mil contos, para o qual não se encontrou comprador”.*

Entretanto, o Sr. Andrade Santos interrompeu o raciocínio do Dr. José Ernesto para declarar: “Já agora pergunto qual é o significado da rubrica 09010104 – Outras” ?

Perante o exposto, o Sr. Presidente da CMÉ explicou: “São contas que correspondem aos proventos da edilidade derivados de operações de transferências de capitais oriundos de fundos comunitários, que são dificilmente tipificáveis naquilo que eram as classificações impostas pelo orçamento de estado

Sobre a visita às obras, o Sr. deputado municipal sabe quais são, tais como: as grandes circulares que confinarão com a estrada de Azaruja, a ETAR de Évora, a ligação à via das piscinas, os arranjos exteriores do Bairro Garcia de Resende, as ETAR's de Valverde e da Boa-Fé, o arranjo da estrada da Graça do Divor, etc.. Não existe falta de obras, não é por isso. O que há, de facto, é, por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

um lado, uma sobrecarga de trabalho imensa que torna difícil poder acompanhar e, por outro, as condições climatéricas que justificarão que determinado tipo de tarefas sejam feitas com outro tempo. Não é por falta de consideração da A. M. e por ausência de memória daquilo que tem sido a chamada de atenção por parte do Sr. A. Santos, é apenas por motivo das nossas funções, que eu peço alguma condescendência e espero que no princípio do próximo ano a visita seja marcada.

*Acerca da **eco-pista**, informo que a administração da REFER mudou, a qual já me contactou no sentido de dizer que dava continuidade ao processo mas que precisava de o reapreciar na fase em que ele estava em negociação. E qual era esta fase ? Era que na proposta inicial a REFER não contemplava a estação da Graça do Divor, ou seja, a Câmara ia assumir um encargo significativo com a recuperação da eco-pista, ficava com 50 anos para a sua utilização, mas no projecto não eram integradas as estações da Graça do Divor e dos Leões e nós não estamos de acordo com isso, porque pensamos que ambas são essenciais para o desenvolvimento do atrás descrito.*

Quanto à parte final da intervenção do Sr. Isidro Lobo, reuniões pedidas ao Presidente da Câmara e que não tenham sido satisfeitas, que eu tenha conhecimento, não houve nenhuma e posso garantir-lhe que tenho todo o gosto em recebê-lo ainda hoje, se for preciso.

No que concerne aos benefícios, existirão anos em que a Freguesia da Graça do Divor terá mais obras que as suas congéneres, mas é necessário ter em mente que isto é uma «mãe com 19 filhas». Neste quadro de gestão não é possível que o volume de obras seja sempre igual em todas as freguesias. Quando chegarmos ao fim do mandato avaliaremos se a Freguesia da Graça do Divor foi privilegiada ou prejudicada nalguma coisa em relação à aplicação dos capitais disponíveis. Ao mesmo tempo, com certeza que reconhecerá que a sua Freguesia está melhor que muitas outras, onde existem problemas mais sérios”.

Falou de imediato o Sr. Palma Rita que abordou as seguintes matérias:

- **Primeira** – Constando na pág. 2 da Informação que se procedeu à colocação de bicicletas de uso gratuito no Parque de Campismo, no contexto da iniciativa do «**Dia Europeu sem Carros**», transmitiu que os eleitos do PSD tinham a sensação que já existiam, desde o Verão passado, poucas «**Biclas**» a circular na cidade, pelo que inquiriu à Vereação se o projecto estava a cair no esquecimento, se as pessoas não as utilizavam ou se a Câmara pretendia estimular o seu uso, tanto mais que foram feitos investimentos nas ditas e em espaços reservados ao seu estacionamento;
- **Segunda** – Figurando na pág. 26 do mesmo documento uma alusão aos Programas Municipal de Reabilitação de Fogos e RECRIA/REHABITA, entre outros, este último contabilizado com 308.000 €, interrogou ao Executivo se o compromisso de 500.000 cts/ano para recuperação dos edifícios do centro histórico já estava perto da meta;
- **Terceira** – Em virtude de o PSD ter conhecimento que existe alguma perturbação no funcionamento do SITEE, no que se refere ao pagamento dos gratificados aos agentes da PSP, a qual se traduz na dificuldade de escalar polícias para fazer o serviço e na diminuição de receitas dos parcometros, solicitou à Administração Municipal esclarecimentos sobre a questão.

A resposta dada pelo Sr. Vereador Miguel Lima ao Sr. Estevão Bicho esteve na base da intervenção seguinte do Sr. Celino Silva, que enunciou: “*Eu, se entendi bem, penso que a pergunta do Sr.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Presidente da J. F. de Canaviais centrava-se na preocupação de, na eventualidade de ser necessária a suspensão do Plano de Pormenor, como é que a Câmara iria gerir os casos das reclamações que ele fez eco (não estamos a falar dos exemplos que implicam alterações do perímetro urbano em função dos tais alvarás emitidos, mas de questões concretas dentro do mesmo actualmente). Ora se o PDM é a forma mais expedita para resolver o problema, e eu acredito que seja, porque apresenta um novo contorno, tanto quanto sei, pela descrição de um pequeno relatório de progresso do acima mencionado que eu requeri à edilidade, por intermédio da Mesa, e que me foi entregue, a minha apreensão é: provocando a interrupção do Plano, isso poderá manter em «banho maria» as resoluções dos problemas que não têm a ver com os tais alvarás que foram emitidos e que obrigam à revisão do Plano”.

Retorquindo à resposta fornecida pelo Sr. Vereador M. Lima, o Sr. Estevão Bicho clarificou que a questão que colocara não dizia respeito ao perímetro urbano mas sim com o que está a acontecer nos loteamentos inseridos dentro do mesmo, dando como exemplo uma obra que foi autorizada começar e quando já decorriam os trabalhos os serviços do município disseram ao respectivo construtor para parar com os ditos porque o Plano ia ser suspenso.

Por outro lado, venceu que a J. F. de Canaviais está de acordo com a revisão do perímetro urbano, embora ela ainda não tenha tido, até à data, qualquer reunião com a equipa técnica que está a tratar do processo, o que lamentou, visto que gostava de participar nela como entidade interessada. “Na anterior gestão avançámos com sugestões, mas com a actual administração e com a nova equipa técnica não sei se elas serão tidas em conta”, rematou.

Passando a aflorar as interrogações postas pelo Sr. Palma Rita, o Sr. Presidente da CMÉ pronunciou: “De um total de 100 BICLAS, nas vésperas do Dia Europeu sem Carros estavam apenas 11 operacionais. Das 89 restantes 30 tinham desaparecido e as outras 59 estavam de tal forma deterioradas que são irre recuperáveis. Assim, foi decidido que o programa não devia continuar até que houvesse condições para o efeito, que passam pela criação de mais áreas pedonalizadas e cicláveis dentro do centro histórico. Foi também deliberado colocar o material circulante utilizável à disposição dos turistas que se instalam no parque de campismo, de modo a facilitar a sua deslocação para a urbe através da pista que foi construída na estrada de Alcáçovas. Lamentavelmente, a resposta da Enatur foi muito pouco receptiva, na medida em que não queriam assumir qualquer responsabilidade com as máquinas, mas nós insistimos e elas já estão depositadas no referido parque e acessíveis aos utentes.

Quanto ao problema do SITEE, chamo à atenção que é prática comum, nos sistemas municipais de transportes e estacionamento, haver um reforço de policiamento em relação aos mesmos com base nos gratificados da PSP, cuja legalidade é duvidosa. No caso concreto desta autarquia, representa uma quantia muito significativa, de alguns milhares de contos por mês, o que o SITEE tem vindo a despende. Apesar desse esforço, fomos informados que a PSP, de uma forma deliberada, está a reduzir a vigilância sobre o estacionamento na nossa cidade, permitindo e sendo complacente com casos que de todo são insustentáveis, o que determinou que se reponderasse a situação. É uma matéria que a Câmara está a acompanhar com muita preocupação, enquanto sócia maioritária do SITEE. Nós queremos, vivamente, que o sistema se autonomize da CMÉ, passando a funcionar como uma empresa mista mas com uma estrutura que lhe possibilite ter um quadro de relação perfeita connosco, de accionista para empresa e vice-versa, coisa que até agora não tem acontecido. Isto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

tem a ver com os proventos dos parquímetros, com as receitas e o financiamento do parque subterrâneo do Jardim das Canas, com a questão do estacionamento pago por residentes e comerciantes, etc., estando tudo a ser feito no contexto da nova administração do sistema e esperamos que daí resulte um novo relacionamento com a PSP”.

Mudando de tema, expressou: “É verdade, Sr. deputado municipal (Palma Rita), temos o compromisso de dedicar 500.000 cts/ano do orçamento da edilidade para a recuperação de habitação no centro histórico e queríamos cumpri-lo. Só que não contávamos que tínhamos um débito para liquidar no valor de 1.200.000 cts reportado ao ano transato. Repare que se a dívida fosse metade o problema estava já resolvido. Isso é que não figurou, de facto, nem como promessa nem como compromisso, e que no Orçamento deste ano esteja previsível pagarmos outro tanto. E também não se esperava que iríamos ter um Governo que nos impedia de recorrer ao crédito para candidatarmo-nos à habitação social e a obras financiadas pelos fundos comunitários e que iria acabar com os contratos-programa. O compromisso dos 500.000 cts mantém-se no âmbito geral de outros que a CMÉ tem que continuar a saldar”.

Tendo o Dr. José Ernesto incumbido o Sr. Vereador Miguel Lima de responder ao 2º apontamento do Sr. E. Bicho, o citado autarca proferiu: “Os problemas que existem, eu tenho conhecimento disso, são dentro da zona urbana dos Canaviais. O que é facto é que os loteamentos não respeitam em rigor o Plano de Pormenor e, como tal, não estão a ser registados por quem tem de o fazer (a C.C.R.A.). Quem tem a responsabilidade disso é quem aprovou os loteamentos sem estarem de acordo com o aludido Plano e contra isso só há 3 soluções:

- Ou alteramos o Plano de Pormenor dos Canaviais, que é um processo demorado;*
- Ou suspendemos o atrás designado, o qual também leva muito tempo;*
- Ou revogamos o mesmo com o PDM, que é a solução mais adequada e rápida.*

A proposta feita pelo anterior Executivo não mexia no perímetro urbano e eu julgo que faz todo o sentido fazer nele pequenos acertos. Poderemos reunir com a Junta antes de pôr isso à Câmara e à discussão pública”.

Posteriormente falou o Sr. António Serrano dizendo: “A forma como a Informação está articulada faz com que muitas vezes não nos apercebamos daquilo que é fundamental. Há aspectos muito importantes nestas 35 páginas, que revelam capacidade empreendedora desta gestão para lançar ou de continuar projectos que vinham de trás, dando-lhes outra celeridade e outro direccionamento, especialmente na área urbanística, no campo económico e na captação de recursos financeiros, por via da submissão de muitos planos candidatados a mecanismos de financiamento comunitários.

Sobre o TGV, parece-me que o Alentejo não pode claudicar perante mais este projecto que poderá ficar arredado da nossa região. Não devemos ignorar aquilo que tem sido feito quer em Espanha quer no resto da Europa, onde o TGV pára frequentemente em distâncias curtas, o qual tem um papel forte para fixar pessoas em zonas mais afastadas dos grandes centros. Vejam, por exemplo, o caso da ligação Madrid – Sevilha que é um paradigma de como uma acessibilidade nova pode trazer desenvolvimento a algumas regiões.

Finalmente, o assunto da execução das receitas de capital, nomeadamente a venda de bens de investimento. Tradicionalmente a CMÉ tem uma contabilização baixa nesta rubrica. O melhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

desempenho que teve foi em 1999, onde executou 23% do orçamento, sendo que em 2001 apenas contabilizou 8, 2 %, pelo que este ano andar, seguramente, dentro do limiar dos limites registados anteriormente”.

Por seu turno, o Sr. Jorge Lourido comentou, a propósito do destaque do Dia Europeu sem Carros, que a cidade viveu um dia com automóveis e não sem eles, tendo-se inclusivamente perturbado muitas das iniciativas culturais levadas a cabo.

Paralelamente, assinalou que, no que concerne à execução orçamental, os empréstimos de médio e longo prazo se situam em valores próximos dos 5,2 milhões de contos (26.000.000 € + ou -) e que a dívida flutuante anda à volta de 1.000.000 cts, o que perfaz um montante de 6.200.000 cts, não deixando de apontar que as mesmas contas referenciadas na Conta de Gerência do pretérito ano somavam perto de 7.500.000 cts e não 12.000.000 cts, que propagandisticamente continua a ser afirmado.

Depois, recordando que se tem falado, nalgumas sessões da A. M., na inexistência de projectos das obras do Mercado 1º de Maio e do PROCOM e do caso da UNESUL, pediu à Mesa que autorizasse a intervenção do Sr. Vereador Jorge Pinto, com a finalidade de prestar algumas explicações sobre tais assuntos, por os ter acompanhado de perto no mandato cessante.

Logo após, manifestou o seu regozijo pelo apoio dado pela Câmara às iniciativas da Sociedade Operária de Instrução e Recreio «**Joaquim António d'Aguiar**», solicitando que se corrigisse a frase «**Festival de Teatro Amador**» por «**Festival de Teatro de Amadores**».

Para terminar, revelou que a CDU considerara como displicente a resposta dada pelo Dr. José Ernesto ao Dr. João Andrade Santos sobre o assunto da visita às obras do concelho, lembrando que o respectivo pedido fora formulado antes de começar a chover, não sendo, na sua óptica, a questão do mau tempo a razão mais correcta para justificar o desatendimento.

Intervindo no debate, o Sr. José Cardoso exprimiu: “*Eu estou de acordo com as preocupações manifestadas pelo Sr. Raimundo Cabral no que toca à UNESUL e temo que o actual administrador judicial leve a dita para a falência. Estão em jogo muitas centenas de milhares de contos. Por exemplo, a personalidade acima designada não presta contas a ninguém. Eu, profissionalmente, conheço bem o processo e estou à vontade para falar dele. Há uma comissão de credores que, em princípio e legalmente, deve ser auscultada em todos os actos de alienação do património, a qual desconhece onde se encontra o gestor judicial. Penso que a Câmara deve estar atenta a este problema e se não conseguir trazer até si a aludida entidade, deverá pedir ao tribunal que, coercivamente, o leve a prestar contas. E mais não digo*” !

Por sua vez, o Sr. José Piteira transmitiu a sua estranheza por não ver referenciado no relatório de actividades em apreço o arranjo dos caminhos municipais 1095 e 1095/1, bem como a repavimentação da rua principal de Nª Sra. de Machede. Face a isto interpelou o Sr. Presidente da Câmara no sentido de saber o que o levou a não cumprir o compromisso assumido perante a população que presenciou a sessão deste Órgão realizada na sua Freguesia, no dia 28.09.02, para mais estando uma das estradas quase intransitável e que é a única saída que os machedenses, e a população em geral, têm para S. Vicente de Valongo.



Tendo em mente os apontamentos produzidos pelos oradores antecedentes, o Sr. Presidente da CMÉ citou: *“Em relação ao comentário que o Sr. J. Lourido fez de o Dia Europeu sem Carros ter sido ao contrário, é uma opinião. Houve apenas uma opção estratégica daquilo que eram as preferências anteriores, a qual passou, e vamos dar-lhe sequência, pela implementação de um programa de pedonalização do centro histórico. Volto a frisar, para que não suscite qualquer dúvida, que a parte intra-muros da cidade não voltará a ser demagogicamente encerrada ao trânsito para no outro dia ser aberta de novo. Para o ano verá, isso sim, mais áreas pedonalizadas, porque isso é para ser implementado com pragmatismo, com o envolvimento dos vários interesses em causa (dos moradores e dos comerciantes) e com a acção pedagógica de a urbe voltar a usufruir de si própria, de uma forma mais pacífica.*

Quanto ao tema da dívida, o que lhe digo é que, por antecipação já antecipada, as obrigações gerais do município diminuirão neste exercício em cerca de 1.200.000 cts, o que significa um esforço muito importante, calculando-se que para o ano aconteça o mesmo.

Por outro lado, permita-me que considere excessiva a forma como caracterizou a minha resposta ao Sr. Andrade Santos. Foi tudo menos displicente, foi sincera. Se o Sr. Lourido quiser ir visitar as obras ou se a A. M. marcar para amanhã tal acção, nós vamos. O que eu penso é que este tipo de iniciativas deve ser feito com mínimo de dignidade. Durante o mês de Janeiro/03 visitaremos as supramencionadas num quadro de dia de trabalho, em que cada uma seja apreciada na sua função, no seu ponto de execução, nos seus objectivos e no seu estado de concretização.

Com respeito ao pedido que fez para o Sr. Vereador Jorge Pinto poder falar, tenho todo o gosto em convidá-lo a prestar todos os esclarecimentos acerca dos assuntos que foram suscitados pelo Sr. Lourido.

Relativamente à UNESUL, quero clarificar que a Câmara não está representada nela, embora da mesma faça parte um cidadão que, por acaso, é vereador do município eborense. No interesse do concelho, é um problema que iremos acompanhar e iremos tomar as medidas que forem julgadas necessárias.

Para fechar e no que concerne à questão posta pelo Sr. José Piteira, devo explicar que o prazo de adjudicação dos trabalhos foi prorrogado, a pedido do empreiteiro, por razões de natureza climática e assim que o tempo o permita o dito entrará imediatamente em obras e, como tal, a intervenção será concluída”.

Devidamente autorizado, tomou depois a palavra o Sr. Vereador Jorge Pinto que observou: *“Relativamente ao aspecto sucessivamente levantado sobre a existência ou não de projectos referentes a determinadas obras, eu deixo apenas à vossa consideração e inteligência que não é nem nunca será por nenhum processo negocial, por mais criativo que seja, que as empresas concorrem a obras públicas e que muito menos o Tribunal de Contas as visa. Naturalmente que tem que ser na base de projectos concursados que elas se desenvolvem e que obtêm o visto do aludido Tribunal.*

Quanto ao caso da UNESUL, preocupa-me bastante a afirmação que o Vereador João Libório aqui fez e poderia dar muito mais a minha colaboração se já tivéssemos falado, aliás como já troquei impressões com o Sr. Presidente do município. A autarquia não vai comprar nenhum terreno da UNESUL, Sr. Vereador. A CMÉ adquiriu, no processo de falência da empresa, o edifício-sede



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

instalado nos terrenos. Nesse processo de recuperação, a Câmara tomou, à data, um conjunto de decisões, a primeira delas de transformar o crédito que tinha sobre a UNESUL em capital, por forma a viabilizá-la. 50% dessa dívida foi realizada em capital e o resto a empresa teve de pagar à autarquia, como aos demais credores, ficando, ao mesmo tempo, a atrás citada a liquidar prestações calendarizadas pela aquisição do imóvel. Neste caso havia apenas uma imposição colocada pelo Ministério das Finanças, que foi aceite por todos os credores, e o Dr. José Cardoso sabe disto porque esteve na sentença, que era a de que enquanto os débitos ao fisco não estivessem saldados os terrenos e os edifícios ficavam penhorados ao Ministério supra mencionado. Isto só foi levado por diante porque o anterior Governo não cumpriu as condições de existência da UNESUL, uma vez que, em caso de falência, ficava o Ministério da Economia obrigado, por contrato, a assumir todas as responsabilidades da situação. Precisamente no dia de hoje, só não foram liquidadas as dívidas previstas no plano de crédito por dois motivos: **Primeiro** – Porque o administrador judicial enviou, a semana passada, uma carta a todos os credores comunicando que a antecipação de pagamento de 250.000 € ao fisco, no âmbito do plano Mateus, permitiam evitar a liquidação de 400.000 € de juros de mora; **Segundo** – Porque a CMÉ suspendeu o pagamento das prestações pela aquisição do prédio.

Para acabar, parece-me excessivo dizer-se que não se consegue falar com o gestor municipal, na medida em que hoje eu e o Sr. António Serrano, membro desta Assembleia, já conseguimos conversar com ele nesta sala, mais do que uma vez, sobre o incidente que aqui foi levantado”.

Ripostando às teses expostas pelo orador antecedente, o Sr. Vereador João Libório argumentou: “Colega Jorge Pinto, eu, como qualquer pessoa, tenho hesitações e engano-me algumas vezes, mas não admito que se duvide daquilo que eu digo. Aquilo que eu declarei mantenho rigorosamente tudo e foi assente numa informação recolhida junto dos serviços. Tive o cuidado de afirmar, quando respondi à questão posta pelo Sr. Raimundo Cabral, que do processo anterior saberão os senhores muito melhor do que eu. Compreenderá que eu tinha conhecimento que o Sr. integrava a administração. Tomei a iniciativa de se telefonar ao Sr. Eng.º Ataíde e recorde-se que eu disse que a Divisão Jurídica e Notariado desta Câmara tentou, por intermédio da Dra. Maria Laura, falar com ele, o qual não atendia o telemóvel, cujo Departamento foi depois informado que o mesmo se encontrava na Ucrânia.

Já agora um outro pormenor, o Sr. também foi chamado para entrar em contacto com o Gabinete Jurídico, uma vez que não conseguíamos chegar à fala com o sr. gestor da UNESUL e, que eu saiba, até à data também não o fez. Ou estaria à espera que fosse eu a pedir-lhe para ir ? Poderia ser, mas não me ocorreu.

Fui eu que mandei suspender o pagamento das prestações e já tínhamos liquidado 3, e por minha indicação a edilidade não pagará nem mais um tostão enquanto a situação não estiver claramente definida e não houver a possibilidade de se fazer o contrato de promessa de compra e venda duma coisa que, neste momento, não se pode concretizar, visto que o imóvel está hipotecado desde este mês”.

Com esta intervenção o Sr. Presidente deu por findo o 1º ponto da ordem de trabalhos, sem deixar de noticiar, posteriormente, que já seguira pelo correio uma convocatória para uma sessão extraordinária a ter lugar no dia 6.01.2003, pelas 18,00 horas, neste Salão Nobre, destinada a dar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

posse ao Conselho Municipal de Segurança. “Antes do início desta reunião, acordei com os líderes das forças políticas desta Assembleia que cada um fará uma pequena alocução alusiva ao acto, e eu próprio direi qualquer coisa, numa cerimónia que se estima que possa demorar pouco mais de meia hora. Portanto, era só para vos dar esta informação, porque tenho receio que as cartas possam não chegar, nesta quadra do ano, em tempo útil. Não é que isto substitua a convocatória formal, mas ficam já todos avisados.

Ainda dentro da organização dos nossos trabalhos, a Câmara solicitou-me que se retirasse da agenda o ponto 3, uma vez que se trata de uma matéria que não é da competência da A. M., pelo que se irá proceder em conformidade.

Assim sendo, eu propunha que fizéssemos agora a apresentação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, após o que eu sugeria um intervalo de 10 minutos.

Para a apresentação da supracitada, ela será breve e irão falar 3 pessoas: em primeiro lugar, o nosso colega Dr. Rui Rosado, depois a Sra. Dra. Teresa Aleluia, presidente da Comissão e, por último, o Sr. Sub-comissário da PSP, Afonso Zabumba”, proferiu de imediato.

PONTO 2 (ERA O 1º) – APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ÉVORA

O Sr. Rui Rosado exprimiu: “Num plenário da Instituição foi deliberado que seria importante que se fizesse a sua divulgação dentro dos sectores que a integram, de maneira a que ela fosse levada ao conhecimento de todos, tentando-se fomentar um maior empenhamento por parte dos mesmos. Fizemos vários encontros na Educação, nas IPSS, etc., e, nessa conformidade, pedimos à Assembleia Municipal que nos cedesse um pequeno período de tempo com a mesma finalidade. Queria também frisar que esta Comissão vem-se afirmando como um instrumento essencial na promoção dos direitos e da protecção das crianças em risco, a qual se encontra actualmente com algumas dificuldades de exercício, porquanto os serviços que dela fazem parte também sentem o mesmo”.

Seguidamente falou a Sra. D. Teresa Aleluia, presidente da Comissão em causa, que agradeceu a inclusão deste ponto na ordem do dia e saudou todos os presente.

Depois disse: “Nós actuamos na defesa dos direitos das crianças e na criação de condições para fomentarmos o desenvolvimento da educação, da saúde e da segurança social. A criança corre perigo quando:

- Está abandonada ou entregue a si própria;
- Sobre maus tratos físicos, psíquicos ou vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados à refeição adequados à sua idade;
- É obrigada a trabalhos excessivos;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- Está sujeita, de forma directa ou indirecta, a comportamentos que afectem a sua segurança e equilíbrio;
- Quando se envolve em actividades ou consumos que prejudiquem a sua saúde e bem estar.

Falando de intervenção, na primeira linha estão todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude, ligadas às áreas da saúde, da segurança social, da educação e as IPSS. Caso essa primeira acção não resulte e quando a família não colabora, avança a Comissão de Protecção, que é uma instância oficial não judiciária e tem atribuições funcionais e técnicas com autonomia, que propõe à atrás referida que colabore e aprove a intervenção da Comissão. Em caso afirmativo, os técnicos fazem uma avaliação da situação com elementos fornecidos pelas entidades acima descritas e propõem uma medida que nós tentamos que seja integradora. Se mesmo assim essa actuação não resultar e se os técnicos concluírem que a criança necessita de outras medidas, nomeadamente de acolhimento institucional, que obriguem à retirada da dita do seu meio familiar e se os pais se opuserem, nós comunicamos ao tribunal. No contexto da actual lei, é assim que se tenta operacionalizar e criar as condições para não agravar a situação. As comissões de protecção reforçam, em certa medida, a acção dos serviços e tendem a implicar, cada vez mais, toda a comunidade. A Comissão de Protecção de Évora tem duas modalidades de funcionamento: **Alargada** – à qual pertencem os membros da Assembleia Municipal, os técnicos da Câmara, da educação, da saúde, da segurança social, do Instituto da Juventude e das IPSS, para além de outras pessoas que nós consideramos importantes e que actuam nos sectores da infância, da juventude e social. Esta área tem mais competências em termos de promover e de prevenir algumas situações; **Restrita** – É composta por individualidades da outra, mas que estão afectos, fundamentalmente, à vertente da psicologia, que têm como atribuição a aplicação de medidas de protecção.

Tomaram depois a palavra os(as) Senhores(as) Sub-comissário da PSP, Afonso Zabumba, Isidro Lobo, Carlos Percheiro, Andrade Santos, Paula Cristina N. de Deus, de novo Afonso Zabumba, Teresa Aleluia e Rui Rosado e, por fim, o Sr. Presidente, cujos apontamentos não é possível reproduzir devido a falha na gravação.

Seguiu-se um intervalo de 10 minutos.

PONTO 4 – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CMÉ DE 17/07/98, ONDE É CEDIDO UM LOTE NO BAIRRO DAS CORONHEIRAS À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÉVORA

O Sr. Presidente da CMÉ explicitou que as razões que fundamentavam a revogação em título tinham a ver com o desinteresse que a Misericórdia manifestou em dar continuidade ao projecto de construção de habitação social nos termos daquilo que foi acordado com o INH, para mais tendo a edilidade criado todas as condições para que a obra se inicie a breve prazo, pelo que se propunha a anulação da decisão anterior, a fim de o terreno voltar à posse da autarquia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Não querendo alguém pronunciar-se sobre o assunto, o Sr. Presidente pôs à votação o 4º ponto da agenda, que foi aprovado por unanimidade.

PONTO 5 – NORMA DE CONTROLO INTERNO

O Sr. Presidente deu conta que sentira dúvidas sobre se a Assembleia deveria ou não deliberar acerca desta matéria, mas como interpretara num artigo da lei que rege as autarquias que compete a este Órgão a criação ou reorganização de serviços e como se tratava de adoptar um conjunto de normas destinadas a alterar o funcionamento de alguns departamentos da Câmara, decidiu colocar este ponto na Ordem do Dia.

Por seu turno, o Sr. Presidente do município declarou: *“Nós, o Departamento Jurídico e a DOAR da CMÉ tivemos reservas sobre se este documento deveria ou não vir à deliberação da A. M., na medida em que se trata apenas de arrumar, de acordo com o POCAL, um conjunto de procedimentos internos que irão balizar a acção dos serviços, quer na sua relação directa quer no contexto do articulado do mesmo. O regulamento vai ter apenas eficácia interna. De qualquer forma, e porque esta incerteza é suscitada pela generalidade das autarquias, a edilidade entendeu, como medida cautelar, solicitar à Assembleia Municipal o seu voto de aprovação”*.

Por sua vez, o Sr. Celino Silva transmitiu que pensava que isto não era matéria da competência da Assembleia, mas sim o chamado **«Regulamento de Serviços»**. Assim, fez notar que se houvesse algum artigo na Norma de Controlo Interno que alterasse o documento acima mencionado, isso deveria ter sido assinalado para se poder fazer a comparação, com o objectivo de se incorporar no dito as modificações levadas a cabo. Nesta conformidade, perguntou se se deveria votar este ponto face às dúvidas por si levantadas.

“Eu comungo das opiniões que foram aqui expressas acerca desta questão, sendo de meu parecer que, face à leitura que fiz da lei, é atribuição do órgão executivo aprovar o Sistema de Controlo Interno. Confesso que não li em pormenor o documento em discussão, mas foi o suficiente para me ter apercebido que não há nenhuma alteração do regulamento de serviços, porque isto é um documento estritamente técnico instrumental de normalização de procedimentos tendo em vista, até, o controlo de contas entre as várias autarquias do país. De qualquer maneira e nestes pressupostos, se for entendimento de que, para salvaguarda do interesse municipal, é necessário votar este ponto nós fá-lo-emos”, declarou seguidamente o Sr. António Serrano.

Logo após, o Sr. Presidente da CMÉ reafirmou: *“Quando a Vereação decidiu propor à A. M. o voto desta matéria estava a procurar, essencialmente, conforto e salvaguarda em relação ao futuro. Partilhamos de todas as reservas que aqui foram colocadas mas nestes aspectos «o seguro morreu de velho» e é melhor prevenir que remediar. Aliás, este entendimento está a ser tomado na generalidade das câmaras e assembleias municipais, tanto mais que a implantação do POCAL é um*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

processo complexo, cheio de interrogações que a própria prática irá, provavelmente, esclarecer ao longo dos anos, pelo que nós estamos apenas com a intenção de «almofadar» o futuro no que toca a este assunto”.

“Uma norma deste tipo clarifica o funcionamento interno, simplifica muitos procedimentos e, desse ponto de vista, não prejudica nenhuma organização, não ficando ninguém prejudicado com a aprovação deste documento. Há toda a vantagem em dar andamento à aplicação, neste município, do POCAL e dos instrumentos anexos, dos quais este é um deles, pelo que votarei favoravelmente o mesmo”, sustentou de imediato o Sr. Andrade Santos.

Verificando a inexistência de mais inscrições para debate, o Sr. Presidente colocou à votação o 5º ponto da ordem de trabalhos, o qual foi aprovado por maioria, com três abstenções de membros da CDU.

PONTO 6 – DISCUSSÃO DO DOCUMENTO APRESENTADO PELO GRUPO DE TRABALHO DESIGNADO PELA AMÉ EM 18 DE OUTUBRO DE 2002, PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA DE CRITÉRIOS A APLICARNO MUNICÍPIO DE ÉVORA EM FUTURAS DELIBERAÇÕES SOBRE REQUERIMENTOS PARA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE SISA, NOS TERMOS DA LEI N.º 171/99, DE 18 DE SETEMBRO

Na qualidade de 1º subscritor do relatório elaborado pelo grupo de trabalho, o Sr. António Serrano pronunciou: *“Na sequência da indicação da última assembleia, eu apenas salientaria que a equipa concluiu que é uma competência da Câmara a isenção de sisa, a qual terá que analisar os vários pedidos formulados pelos cidadãos nesse sentido, tendo também entendido deixar um conjunto de sugestões à autarquia visando ser ela própria a produzir uma grelha que permita auxiliar no processo de apreciação dos vários requerimentos de isenção, sendo preciso ter em atenção que os critérios a adoptar têm que ser muito cuidadosos porque podem ocasionar situações de discriminação negativa perante outros municípios”.*

Dado que mais ninguém desejou discursar e apesar de não saber se o relatório deveria ser ou não votado, o Sr. Presidente tomou a iniciativa de o submeter à consideração do plenário com tal propósito, cujo documento foi aprovado por unanimidade.

PONTO 7 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2003



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

“Tratando-se de documentos inseparáveis mas carecendo de votações diferenciadas, propomos, por uma questão de método, que se faça a discussão do Plano e depois do Orçamento, apesar de eu saber que vai ser muito difícil, a quem intervir, desligar as duas coisas. De qualquer modo, teremos que votar cada ponto distintamente”, disse o Sr. Presidente.

O Sr. Presidente da C.M.É passou a fazer a apresentação das G.O.P. nos seguintes termos: “São 3 as grandes circunstâncias que enquadram este Plano:

- *A situação financeira do município, sendo sabido que a sua capacidade de endividamento está completamente esgotada e ultrapassada;*
- *A alteração profunda registada em todo o sistema de financiamento, uma vez que, independentemente do aspecto do endividamento, o crédito obtido pelas câmaras municipais, para concorrerem aos fundos comunitários e para construção de habitação social, foi literalmente impedido;*
- *E a necessidade de todo o modelo de financiamento dos municípios ter que ser reequacionado.*

Daqui decorre, deste último ponto que referi, que os próprios Plano e Orçamento tenham que ser também influenciados, tendo as autarquias precisão de reformularem completamente os sistemas de financiamento das suas actividades, no sentido de os adequar a esta realidade. Quais são, pois, as fontes de auferimentos possíveis para as edilidades ? São aquelas que são geradas pela sua capacidade dos impostos directos, dos quais ressaltam a contribuição autárquica, a sisa e a derrama, e de rentabilizar de uma forma mais eficaz os seus patrimónios.

Existem outros pormenores que já eram urgentes e que agora são prementes, tais como:

- *A revisão do cadastro, levando isso a uma introdução de elementos de justiça na contribuição autárquica, sendo fortemente penalizador, particularmente para os casais mais jovens, que hoje a mesma incide sobre a aquisição de casa própria, isentando patrimónios com valor real muito superior em relação àquilo que é a contribuição efectiva;*
- *Taxar a propriedade rústica, que actualmente não é alvo de qualquer imposto municipal, nomeadamente em zonas como o Alentejo.*

Por outro lado, o Plano de Actividades pressupõe que haja maior eficácia na cobrança de taxas e licenças, designadamente aquelas que são afectas à recolha de resíduos e de consumos de água, as quais vão passar a originar proventos.

A obtenção de receitas será acompanhada, ao mesmo tempo, por uma contenção das despesas com pessoal e das aquisições de bens e serviços, sem deixar de se manter a eficácia.

Este Plano traduz, também, a preocupação com o reequilíbrio financeiro interno e, na apreciação dos seus valores globais, há a intenção clara de continuar a diminuir a dívida, não recorrendo mais a empréstimos que representem acréscimo dela para a autarquia.

É de destacar, igualmente, o esforço que é feito para rentabilizar recursos próprios, no que respeita a gerar proventos, obrigando isso a uma disponibilidade substancial dos serviços para criarem as condições administrativas que permitam atingir esse objectivo e, também, a necessidade de priorizar condições capazes de atrair investimentos produtivos, sem beliscarem, no entanto, 3 outras áreas que consideramos fundamentais em termos de gastos:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

- As transferências de capital para as freguesias, que são ligeiramente aumentadas em relação ao ano anterior;
- O apoio às colectividades desportivas e sociais;
- E que não haja roturas na manutenção de equipamentos essenciais à vida do concelho, particularmente a reparação de acessibilidades e caminhos.

Para fechar, refiro que estes Planos de Actividades e Orçamento correspondem a um valor algo inferior ao do ano passado, que se consegue neste quadro de reequilíbrio financeiro e de contracção de encargos, e pensamos que com as duas linhas traçadas, que passam pelo reforço do rigor da execução de projectos concretos e físicos e no aperfeiçoamento do nosso modelo de funcionamento interno, conseguiremos executar este Orçamento e suportar, com ele, as G.O.P. que aqui vos são propostas”.

Posteriormente, o Sr. Luís Carmelo leu um documento com o seguinte teor: “Recentemente a oposição mais activa do concelho de Évora, a CDU, tem vindo a designar a política praticada pela Câmara como um «desastre total». Eu creio que se trata aqui de um caso sério ou de rotunda miopia ou de tropelia própria de uma visão antinómica e pouco flexível do mundo ou, ainda e tão só, estamos face a uma posição de alguma maldade sob a forma de ilusão que pretenderia confundir a imagem com o imaginado. A fonte que alimenta o diagnóstico da nossa oposição baseia-se naquilo que «generalizadamente é comentado na cidade». É, no mínimo, uma fonte risível, como diria Condera, não se confundisse ela com tertúlia, onde os mesmos dizem sempre o mesmo acerca do mesmo, sem darem atenção a outras vozes que não as suas.

Alega a nossa oposição que existem pressões sobre o CENDREV. O CENDREV conhece bem as pressões, mas a natureza destas são, para o ano de 2003, e a Companhia conhece o espírito franco e aberto com que temos dialogado, a prorrogação do protocolo que tem estado em vigor há alguns anos. Mas não pense a oposição, a este respeito, que a autarquia se pauta por tabus ou por uma atitude de pensamento defensiva em relação à forma ligeira como esta questão aparece abordada. Nós conhecemos muito bem quais são as virtudes do CENDREV e, por outro lado, quais são os seus pontos menos consistentes, até porque nada neste planeta é absoluto ou linear. Sabemos que a Bienal de Marionetas, a Adágio, os Bonecos de S.to Aleixo, a Escola de Actores e uma parte da sua dramaturgia são importantes para a afirmação da cidade de Évora, mas experimentem os Srs. deputados a olhar para os outros pratos da balança, pois, nestes casos de avaliação objectivada, eles são sempre plurais e querem-se abertos à compreensão o mais vasta possível dos fenómenos. É nesse sentido que a autarquia também está ciente de que há necessidade, na cidade de Évora, de outras dramaturgias que não apenas as corporizadas historicamente pelo Cendrev e pelos circuitos estabelecidos pelas suas parcerias. No campo do teatro, é intenção da nossa política cultural apoiar o CENDREV, sem dúvida, mas apoiar igualmente, mediante protocolo, outras formas julgadas adequadas, outras companhias, outros encenadores, outros dramaturgos e, sobretudo, outros modos de interacção com os diversos públicos e sensibilidades que existem na cidade e que estão carentes, de formas diferentes, de ver e fazer arte. O nosso intento é, pois, criar autoridades, correntes de arte criativas, concorrência cultural, no bom sentido do termo, nesta nossa terra que tem atrás de si uma tradição pesada de auto-elogio e, em certos casos, de algum altismo crítico. Em 2003, esta nossa política irá tornar-se visível pela positiva. O que refiro para o teatro é igualmente válido para a dança e para outros campos da arte, mas iremos mais longe. Devo confessar que este ano a programação cultural da Câmara se fez não só no enclausuramento paroquial do fechamento dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

serviços, mas também junto dos grandes programadores culturais nacionais, seja a Culturgest, seja do CCB, seja do Centro Nacional da Fotografia, seja junto de muitos outros prestigiados agentes do universo cultural nacional e não só. Através desses contactos, vamos poder rentabilizar, por extensão, produções de qualidade que vêm a Portugal, mas também vamos estabelecer parcerias para projectos de longo prazo.

No campo das artes plásticas, da dança e do teatro, este esforço já vai ser uma realidade em 2003, apesar da dramática contenção financeira em que vivemos, mormente pelas limitações centralmente impostas pelo Governo, devido ao facto de nós assumirmos os imensos encargos ligados à dívida por todos conhecida, justamente porque esta autarquia é, e quer continuar a ser, uma pessoa de bem.

Diz a oposição que acabámos com o Viva a Rua, mas é evidente que uma política que quer prestar.....(?), para além do investimento contratualizado com os agentes locais e para além da agenda própria dos eventos culturais previstos em equipamentos físicos e, em contrapartida, para projectos comunitários, não se pode dar ao luxo de gastar, saiba-se lá com que gestão, bem mais de 100.000 cts no Viva a Rua. É nos espectáculos bons e atraentes ? Pois sem dúvida ! Mas para nós é vital e fundamental investir e concretizar nos equipamentos culturais que nunca foram acabados ou feitos pela CDU num ¼ de século, como, por exemplo, o Salão Central, o projecto do Convento dos Remédios, o projecto dos Celeiros da EPAC, as obras no Arquivo Fotográfico, as intervenções urbanas ligadas ao projecto da água, o projecto arqueológico, a legalização da Fábrica da Música, sendo falso afirmar-se que é intenção do Executivo encerrá-la. Democratizá-la e licenciá-la sim, encerrá-la nunca !

E há também a Biblioteca, da qual registo aqui 3 certezas capitais: **Primeira** – Não é nossa intenção dar cobertura a uma operação imobiliária no Rossio de S. Brás; **Segunda** – Neste momento estamos a negociar terrenos já que não é nosso hábito usurpá-los, o que pareceria ser coisa natural para os que pretendiam negociar os excessivos corredores das circulares da zona nascente de Évora; **Terceira** – Teremos orgulho de inaugurar a Biblioteca ainda neste mandato.

Outra forma falaciosa de anunciar tragédias iminentes é dizer que a actual política municipal decidiu «suspender importantes programas de intercâmbio internacional», dando como exemplo um caso único que corresponde a um capricho casuístico. Uma política cultural não se faz com voluntarismo casuístico nem por arrepio aos orçamentos estatuídos e todas as propostas que cheguem até nós com essa carga, venham de onde vierem, não terão futuro. A oposição, nas suas prosas eloquentes, onde confunde a árvore com a floresta, poderia ter dado atenção a outros tipos de cooperação cultural, onde Évora se cruza, a nível internacional, com outras cidades e com outras iniciativas. Vejam-se os percursos: o imenso festival europeu que em rede é partilhado em Portugal por Lisboa, Coimbra, Viseu e Évora. Para além da sua apresentação em 2002 e dos laboratórios planeados para Fevereiro de 2003 e ainda a sua vasta programação reservada para Outubro do mesmo ano, diga-se que este projecto reservará para Évora a residência artística anual de uma companhia internacional de reconhecida qualidade.

Veja-se a 1ª edição do Festival Internacional das Jovens Dramaturgias, que irá ser comissariado por Jorge Silva Melo, que trará a Évora, no próximo mês de Setembro, um condensado importante de jovens dramaturgos europeus de primeira água.

Veja-se a colaboração, na área da arqueologia, entre o nosso megalitismo e o megalitismo bretão, a qual poderá contribuir para uma ampliação da área do património mundial que já é apanágio do nosso concelho.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Veja-se a Exposição de Arte Contemporânea Lusófona, entre outras, que, através da cooperação com a Culturgest, iremos trazer a Évora ou, por exemplo ainda, os Encontros de Música Contemporânea em que, pela primeira vez, a autarquia se verá envolvida em 2003. Pergunto: porque é que a oposição quer ver apenas com um olho ? Ou com um monóculo ? Ou com os olhos radicalmente fechados diante do seu próprio teatro de sombras ? É normal que a crítica, a certa altura, acabe por ter que ficar a falar sozinha de um carrossel ou de um fogo de artifício menos feliz.

É evidente que uma crítica tão ligeira e falaciosa à política cultural que está a ser seguida esquece deliberadamente o sucesso dos Encontros de Jazz deste ano. Nunca houve outro assim. E o êxito da parceria com as bandas filarmónicas do concelho vai prosseguir, mas de modo mais ampliado.

É evidente que tal crítica tinha que ocultar o sucesso da Feira do Livro deste ano. Compará-la em público ou em vendas com a de 2001 é o mesmo que comparar o carrossel que roda sobre o extraordinário parque automobilístico da Praça Joaquim António d'Aguilar com o Circo de Moscovo.

É evidente que uma crítica tão ligeira e falaciosa à política que está a ser executada é, sobretudo, francamente elitista e esquece factos essenciais de 2002, como sendo a descentralização praticada: teatro nas freguesias rurais, concertos nas freguesias urbanas limítrofes ou, por exemplo ainda, o início do Festival Évora Clássica, este ano a abrir pela 1ª vez no Teatro Garcia de Resende, por parceria.

Com a consciência de que o caminho a percorrer é longo e turbulento, temos a convicção plena de que continuaremos a dar corpo à mudança democrática sufragada há mais de um ano. A cultura não é, neste novo ciclo, um enfeite, um pregador de um rei que vai nu ou uma simples peça de decoração. Não nos queremos enganar a nós próprios, queremos antes trabalho, acção e concretização. Queremos persistência, multiplicidade, espírito de parceria, qualidade e excelência. É lamentável que a oposição possa ter o desprante, o despudor e, em certos casos, a desfaçatez de falar em «jobs» e em «boys» na cidade de Évora, quando foi ela que ao longo de anos toldou à sua própria imagem parte significativa dos recursos humanos da Câmara. Sinceramente, no caso da cultura, os assessores não precisam da política para sobreviver já que as suas vidas nunca foram a do funcionalismo partidário, mas a de quem tem créditos reconhecidamente assegurados nos meios cultural, artístico e académico português e não só. Passando por cima das vozes mais desventuradas, iremos manter, no exercício de 2003, a mesmíssima política cultural, consistente, multidireccionada e, sobretudo, baseada na diversidade de oferta e na criação de novos públicos, na descentralização sob a divisa da arte por todo o lado e na necessária intransigência da exequibilidade financeira. É por isso que o grupo parlamentar do PS dá todo o apoio às G.O.P. e ao Orçamento para 2003”.

Tomou depois a palavra o Sr. Estevão Bicho, dizendo: “Como Presidente da J. F. de Canaviais tenho vindo a aperceber-me que as crises financeiras sobram sempre para as freguesias que se situam fora do centro histórico.

Concordo teórica e plenamente com o Sr. Presidente da Câmara quando expressa no 1º objectivo **«planear com as juntas de freguesia, de acordo com as disponibilidades existentes, as intervenções a lançar tendo por base critérios de equidade na definição de prioridades, tratando todo o concelho por igual»**, só que na prática isto não acontece. Chegando-se à conclusão que o dinheiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

não chega para tudo, nada melhor que antes de se elaborarem as G.O.P. e o Orçamento a Câmara reunir com as Juntas e planificar-se as acções a levar a cabo em cada freguesia.

No exercício de 2002 verificámos que algumas intervenções do Plano Plurianual de Investimentos não foram realizadas, constando elas agora no Plano de Actividades para 2003. No que toca à requalificação urbana dos Canaviais, estamos de acordo com ela, porque tem sido a Junta que tem vindo a solicitá-la nos últimos anos.

Em relação à pavimentação do caminho municipal 1088, Parreirinha – Canaviais, não percebemos o porquê, e gostava que o Sr. Presidente da CMÉ me esclarecesse, de se programar esta obra, uma vez que o mesmo tem um piso novo e que é bom. Se for para edificar nas bermas as tais vias ecológicas para os peões e as bicicletas, tubo bem. Agora se for para pôr uma camada de alcatrão em cima do actual, sinceramente acho que há outras necessidades mais prementes na nossa Freguesia.

Acerca da via municipal 1089 (Salvadas), concordamos com a intervenção porque é um caminho que está degradado.

Quanto à estrada do Espinheiro, regozijamo-nos por finalmente a mesma ir ser melhorada, tendo os serviços da Câmara telefonado-me várias vezes para o efeito.

Na beneficiação e conservação de pontes do rio Xarrama, caminho 1088, eu não lhe chamaria conservação mas sim alargamento, que é aquilo que nós temos vindo a reclamar há anos. E já este ano estava prevista esta obra e nada foi feito.

No projecto do novo jardim de infância, eu fico surpreendido por figurar no Orçamento apenas 4.000 €, quando no de 2002 constavam 9.976 €, não sendo de meu conhecimento que alguma coisa tenha sido feita. Se o problema tem a ver com a localização do terreno, vamos analisar, entre todos, a situação e havemos de encontrar outra solução, mas que não se ande a falar consecutivamente no supracitado, porque senão chega-se ao fim do mandato e ele não está construído. O que é certo é que neste momento existem 50 crianças nos Canaviais a precisarem de um novo jardim de infância, dado que o actual só tem espaço para 25.

Num outro objectivo, que não tem dotação prevista, segundo me apercebi, fala-se na via ecológica da estrada velha Canaviais – Évora, que eu julgo que se trata da antiga azinhaga das 5 cepas. Se houvesse muito dinheiro aprovaria essa medida sem hesitações, mas numa altura como esta em que, se calhar, um cêntimo é contado ao pormenor, não vejo necessidade de se levar a cabo a obra em questão, sendo mais preciso, na nossa opinião, que as bermas das estradas municipais se transformem em vias ecológicas, porque isso iria servir para que mais utentes utilizassem os transportes públicos, na medida em que muitos dos mesmos não sentem segurança quando descem dos autocarros e têm que caminhar pelas bermas até às suas casas.

Está aqui também contemplado o polidesportivo dos Canaviais. É um tema que temos que debater para se apurar onde o dito vai ser erigido, visto que não existe espaço para o efeito, segundo sei.

*Relativamente ao protocolo de descentralização de competências que foi aprovado, na última assembleia, para este exercício, relata-se na 2ª página que **«está assumido o compromisso com todas as juntas de freguesia de que se iniciará de imediato a preparação do novo protocolo, a entrar em vigor com os próximos Orçamento e Plano de Actividades e que terá aplicação durante os restantes anos de mandato»**. Sr. Presidente, se algumas freguesias assinaram o deste ano eu ainda não o fiz, porque não fui chamado para isso. Entendo que já se deveria ter elaborado o*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

protocolo para os próximos exercícios, tendo a J. F. de Canaviais já apresentado sugestões com esse objectivo. Assim, penso que tenho algumas dificuldades em aprovar as G.O.P. e o Orçamento sem conhecer como é que vai ser a descentralização de competências para a minha Junta.

Para terminar, considero que não é aceitável não se ter incluído a Freguesia da Boa-Fé no Plano Plurianual de Investimentos, havendo outras que vão ser pouco beneficiadas no mesmo sentido, a saber:

- **Graça do Divor** – apenas o alargamento do cemitério;
- **Guadalupe** – quase nada;
- **S. Miguel de Machede** – também muito pouco;
- **Nª Sra. da Saúde** – idem.

Eu, como representante da Associação de Freguesias do Concelho de Évora, não podia deixar passar de fazer esta intervenção, na medida em que me preocupa esta situação”.

Discursou seguidamente o Sr. Palma Rita, o qual frisou: “O PSD analisou os documentos em discussão e da leitura das G.O.P. resulta a constatação de que 2003 será o ano dos projectos e dos planos: o Plano de Gestão Ambiental, o Plano da Mobilidade Urbana, o Plano de Pormenor dos Leões, o Plano de Reordenamento do Rossio de S. Brás, o projecto do Parque Urbano e até um concurso de ideias para o Jardim Público. Isto confirma a velha regra de que para se ganhar uma câmara municipal basta o marketing das maquetes e quando se toma posse logo se verão os projectos e os planos, assistindo-se depois ao chamado «**desígnio da excelência**», que consideramos que é demasiado vago.

Projectos concretos para 2003:

- **Parques de estacionamento subterrâneos** - Está orçamentada apenas numa ínfima parcela, correspondendo àquilo que pensamos ser apenas a elaboração do projecto;
- **Parque de Feiras e Exposições** – Está prevista a execução para 2003/4 e não sabemos se será no mesmo sítio que estava planeado, pois que ouvi alguns comentários dos serviços internos, baseados numa informação de um vereador, de que o local já seria outro, pelo que peço esclarecimentos sobre isto;
- **Biblioteca Pública** – Será só executado 25% no próximo exercício, calculando-se o termo para 2006. Julgamos que é manifestamente demorada a realização da obra face às necessidades já verificadas quanto a este equipamento;
- **Complexo Desportivo Municipal** – Terá uma afectação de 25% em 2003 e investimentos até 2006, não parecendo que vá estar pronto a tempo do Euro/2004, pelo que não se poderá aproveitar as oportunidades de que este evento poderia trazer à cidade, ao contrário daquilo que foi prometido. Não percebemos porque é que este investimento (400.000 €) é igual ao da Biblioteca Pública, pois que é de nossa ideia que poderá ficar mais caro;
- Não há previsão nem programação de investimentos para a nova ETA do Monte Novo e solicitamos elucidações sobre a responsabilidade deste equipamento, se é da CMÉ ou da empresa multi-municipal, tendo em conta que estão calculados outros investimentos para a beneficiação das ETA's já existentes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No texto introdutório há notas que nos merecem alguma reprovação e algum reparo, nomeadamente aqueles que constituem um ataque feroz ao Governo em exercício.

Igual reprovação merece o texto introdutório da pág. 7, relativo à «**política orçamental injusta e de graves consequências para as populações e para o desenvolvimento do país que o actual Governo nos impõe**».

No entanto, também encontramos coisas positivas. Por exemplo, são de louvar as alusões, igualmente insertas na pág. 7, «**ao rigor, ao realismo, à eficácia e à permanente opção pelo estruturante**». Parece que agora são mais valorizados e destacados do que no tempo do crescimento virtual que marcou a segunda metade da última década e daqui releva que é a necessidade que aguça o engenho e que o rigor imposto pelo actual Governo pode, afinal, ser profícuo, enquanto efeito demonstrador, para o nível da gestão local.

Nota positiva também à referência no texto introdutório do «**não enveredamento pelo facilitismo da promessa irrealista ou de continuar no caminho irresponsável para o abismo do endividamento**». Congratulamo-nos em que finalmente impere a serenidade, revelando que nada é melhor que o confronto com as condições objectivas da gestão condicionada das heranças. Nesta matéria e fruto da recente experiência do PSD nos destinos do país, só pode resultar clara a nossa convicção de que na próxima campanha eleitoral autárquica teremos, pelo menos, maior simplicidade e comedimento nas palavras a colocar nos «out-doors».

Havendo mais eleitos interessados em intervir, o Sr. Presidente pôs à consideração do colectivo alterar-se o método de funcionamento da discussão deste ponto comparativamente ao que sucedera na apresentação do Relatório de Actividades da CMÉ (ponto 1), em que falavam 3 pessoas e o Sr. Presidente da edilidade respondia depois, por achar que se tratava de um debate um pouco diferente, ou seja, a marcação da posição de cada uma das bancadas. Assim, alvitrou que se continuasse a discussão, respondendo o Dr. José Ernesto no final, coisa que foi plenamente aceite por todos.

Anunciando que se iria debruçar sobre o **objectivo 1** das G.O.P., o Sr. Celino Silva sublinhou: “Constato, primeiramente, que a actividade da actual Administração do Município de Évora tem a ver com uma nova cultura de planeamento e representa um novo paradigma em relação a este assunto.

Segunda verificação é a questão da revisão do PDM com a reafirmação da reorientação dos objectivos que vinham provavelmente do anterior ou da revisão que estava em curso, com vista a um efectivo crescimento e desenvolvimento coerente da cidade. Nós andamos a ouvir esta questão, no que concerne ao Plano Director, há muito tempo e até agora ainda não vimos objectivado o pormenor da reorientação de objectivos.

Volta a ser reafirmada aquela frase muito antiga de que «**isto não é um centro histórico com uns bairros à volta, mas é uma urbe com centro histórico**». Isto não é uma invenção do PS porque, como se sabe, tal está escrito em documentos assumidos pelo município há muitos anos, porquanto foi praticada uma política de ordenamento do território e de intervenção na cidade que levou a esta ideia.

Quanto ao **Plano de Gestão Ambiental e Mobilidade Urbana**, não temos nada a dizer e volta-se a escrever que «**os planos municipais são limitados e incongruentes e limitam o desenvolvimento**».



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

É verdade que o PDM estava a precisar de revisão e que a nova Vereação acompanhou o processo no anterior mandato, a qual sabe e conhece as linhas de orientação que resultaram do trabalho produzido pela equipa técnica.

Um aspecto que ressalta nestas G.O.P. é uma certa tentativa de desacreditar planos ou processos de planeamento. Estou-me a lembrar das questões ligadas ao Plano de Urbanização vigente, onde se assumiram perspectivas de trabalho que vão ao arrepio do mesmo. É o caso da variante ramo sul, que, tanto quanto sei, não vem aqui espelhado mas que terá sido objecto de análise ou de discussão pública em reunião de Câmara, e a eventual deslocação de sítio do Parque de Feiras e Exposições.

*Volta-se a fazer referência ao novo **Plano Estratégico** com a ideia de que ele é um instrumento para o curto e o médio prazo, quando se sabe que qualquer Plano Estratégico é sempre de longo prazo, sendo curioso que isto é citado na introdução do objectivo, mas quando se faz a descrição por áreas dos grandes instrumentos de planeamento tal como é mencionado.*

*Em relação ao tema da **adquisição de solos**, vem à baila o pormenor da dívida e que a autarquia não pode comprar terrenos por falta de verbas, quando nós sabemos que é intenção da Vereação de alterar aquilo que estava previsto, no que toca às variantes, com a possibilidade de se ficar com uma bolsa de terrenos significativa. Essa sim seria uma medida importante que é posta de lado.*

*Sobre a **habitação**, tenta-se justificar determinado tipo de política com o argumento do crescimento elevado de famílias, 5000, salvo erro, no concelho de Évora e ainda mais o aumento da população presente. Ora, nós olhamos para os dados comparativos entre 1991 e 2001 e verificamos que a população presente não tem um crescimento maior do que o número de famílias.*

Entretanto, cai o programa de lançamento de 136 fogos destinados a pessoas a viverem em barracas ou em casas abarracadas.

*No âmbito da **Gestão do Património do Estado**, creio que será interessante o Executivo constatar o estado de conservação do que lhe vai ser entregue, tendo em conta que ele esteve a ser administrado pela edilidade até meados dos anos 80, tendo-lhe sido retirada tal incumbência exactamente na altura do Governo do PSD, que inverteu o processo de promoção e apoio à habitação social.*

*Quanto ao programa de **Reabilitação de Habitação no Centro Histórico**, reparem que se diz no Plano de Actividades para 2002 que vai ser lançado, frisando-se a mesma coisa nas G.O.P. para 2003. Eu acho que isto deveria ter uma justificação, parecendo que não houve qualquer evolução.*

Em síntese, sente-se, comparando os documentos de 2002 com os de 2003, que há uma certa sensação de paralisia nos processos de planeamento, não existem ideias expressas no que se refere à política de solos e continua a afirmar-se regularmente, em entrevistas e em pequenas declarações, que quase está tudo por fazer neste concelho”.

Retorquindo às teses expostas pelo Sr. Luís Carmelo, a Sra. D. Carmen Balesteros observou: “Confesso que fiquei um pouco surpreendida com a sua intervenção, uma vez que ela não foi inócua e, por isso, merece algumas considerações. Em primeiro lugar, não percebi em que papel é que o Sr. assentou a sua ideia, se foi como membro desta Assembleia a apresentar as G.O.P. e o Orçamento ou se foi como assessor da CMÉ, porque o seu depoimento parecia o de alguém que tem uma função muito directa com as opções culturais, o que é legítimo, mas se calhar não lhe cabe, como deputado municipal, fazê-lo aqui dessa forma e com essas palavras.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Por outro lado, como não ouvi até agora qualquer crítica por parte da CDU às grandes opções para a cultura, não entendi a sua posição. Portanto, eu pergunto: estava a falar na qualidade de escritor ou de assessor da Vereação ?

Sobre as G.O.P., vou centrar a minha atenção no objectivo 5, ou seja, aquele que tem a ver com a cultura, o património, a educação e o desporto.

Tenho alguma dificuldade em ver transportados para o Plano Plurianual de Investimentos muito daquilo que é referido no texto introdutório e na descrição das actividades, sobretudo no que diz respeito à educação, à solidariedade social e à transferência tecnológica. E se formos analisar o P.P.I. ponto por ponto constataremos que a maior parte das coisas não estão consignadas. Se formos também ao Orçamento, aí as coisas ainda são menos transparentes, na medida em que nele figuram as rubricas **Outros** e **Diversos** que, eventualmente, serão para esse género de acções mas que nós não sabemos para quais.

Passando à análise dos pontos, aparece uma única coisa nova, em termos da infra-estruturas culturais, que é a transformação da Praça de Touros de Évora num pavilhão multi-usos. Isto tem a ver com a suspensão e o abandono da construção de um pavilhão multi-usos no PAFEX ? Não sou adepta das touradas mas sou uma defensora do património e o mencionado equipamento constitui património cultural desta urbe. Isto preocupa-me e interrogo se esta medida não irá respeitar a função inicial para que o espaço em causa foi erigido.

Quanto à **Fábrica da Música**, refere-se apenas que será reorientada, um ano depois, nos seus conteúdos e na sua inserção na gestão dos espaços culturais do município. Gostaríamos de saber como e o que é que existe em termos de projecto ?

Ainda nesta página (?), cita-se que «**continuará a CMÉ a reivindicar junto do Governo grandes infra-estruturas, como a Biblioteca Pública, o novo Arquivo Distrital, e a ampliação do Museu**». O que é que se reclamou este ano neste campo e o que é que se prevê efectuar no próximo exercício, mais especificamente em relação ao Museu ?

Na pág. 38 faz-se alusão à **mais-valia patrimonial**. É evidente que o nosso património não se confina ao centro histórico e fora deste não se limita ao megalitismo. Tenho pena que no Plano Plurianual de Investimentos para 2003 não se tenha colocado o projecto **Évora Romana**, apesar de existirem outros, podendo estes serem trabalhados a partir de um documento que a Câmara possui, que é a Carta Arqueológica de Évora.

Fala-se na pág. 41 no «**lançamento e execução do cartão social do munícipe idoso**» e numa outra mais à frente faz-se menção ao «**cartão social do munícipe**». Eu inquiri se serão cartões acumulados e se os princípios serão os mesmos ?

Na pág. 46 surge o «**apoio a edições**», sendo isto positivo na minha óptica, mas leva-me a outra consideração. É só apoio ? A Câmara Municipal, à excepção daquilo que tem mais à frente, que é um documento sobre a flora do Alto de S. Bento, não vai promover edições próprias ? O boletim «**A cidade de Évora**» perdeu-se ? Essa tradição cultural de mais de 50 anos foi esquecida ? Isto sem esquecer a colecção dos «**Cadernos de Estudos Eborenses**», os «**Cadernos de Etnografia**», etc..

Elaboração e Apresentação Pública do Catálogo Bibliográfico, é uma coisa que já constava no anterior Plano e é pena que não se especifique do quê, tendo eu reparado que isto não está consignado no Orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

*Com respeito à criação do **Conselho Local de Educação**, eu gostaria de saber do que é que se trata. É o que substitui o Conselho Municipal de Educação ou é outro assunto ?*

***Circuitos de Manutenção na Rede de Infra-estruturas**, ponto 5.7, pág. 49. No texto introdutório tínhamos visto a implantação de **circuitos**, no plural, e agora só vejo o da Mata do Escurinho, o qual já existe. Assim, eu pergunto onde é que estão estes espaços e como é que são orçamentados ?*

*No programa 5.3 faz-se menção à **Sinalética de Monumentos e Sítios** e eu interrogo se esta sinalética vai ser feita em cooperação com a Região de Turismo de Évora ?*

*Depois, temos na pág. Seguinte (47) a **Beneficiação e Reforço do Parque Escolar**, que é um dos poucos pontos que está orçamentado, mas as outras matérias, nomeadamente a **acção social**, não aparecem. A nível da **acção educativa**, por exemplo, a única coisa que surge clara é o programa **Jogar**.*

***Núcleo Museológico do Alto de S. Bento – Requalificação do espaço** – É uma actividade que já fazia parte das anteriores G.O.P.. A fase de execução está, neste momento, em zero e no ano transacto estava na fase 1. É uma daquelas que regrediu.*

No contexto geral, comparando o Orçamento de 2002 com o de 2003, apura-se que irá haver desinvestimento nas áreas da cultura e do desporto, pelo que a bancada da CDU vê com muita preocupação a forma como está formulado este objectivo 5”.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal João Rodrigues: “A estrada de Torre de Coelheiros que é uma das ambições da Junta de Freguesia e da população está projectada no Plano que foi aprovado para o ano de 2002, e ficámos com algum contentamento quando verificámos que começava o seu início para o ano de 2003 com finalização também para 2003, com orçamento à volta dos 350 mil Euros. Para nossa estranheza verificámos que no Plano para 2003/2006, para o ano 2003 está apenas orçado 48 mil Euros e deixou de ser concluída no ano 2003 para o ser em 2004, e com redução da verba de 350 mil Euros para 248 mil Euros. Pergunto ao Sr. Presidente da CME se isto é o início da obra ou se os custos da mesma se reduziram? Por outro lado queria informar a CME que a estrada municipal que liga a nacional a Torre de Coelheiros não termina em Torre de Coelheiros tendo mais 8 Km de estrada pertencente ao Município de Évora.

Queria ainda falar sobre o protocolo que Câmara fez com as juntas. Em 2002 fizemos o orçamento baseado na receita da CME que era distribuída para as juntas do ano 2001, o que ainda não tenho conhecimento é qual é que é a verba que a minha freguesia vai receber durante o ano de 2003.

Por outro lado, em relação à requalificação da Torre dos Coguminhos, vejo que está contemplado o projecto no Plano de actividades da CME.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Raimundo Cabral: “Queria constatar que a oposição tem direito de ser ouvida antes das Grandes Opções do Plano serem aprovadas na CME, está consagrado por Lei e os Partidos com assento na AME devem ser auscultados, e esse direito não foi exercido. Na crítica à Política Governamental valoriza-se o investimento do poder local, e nessa referência provavelmente o Concelho de Évora está inserido, e depois no final da introdução diz que em Évora está tudo por fazer, e gostaria também ser mais esclarecido sobre os parques subterrâneos e particularmente em relação ao Parque da Rua de Aviz,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

ele está programado para 2003 mas a sua localização prevê-se para fora da circular, quero saber para onde? Em relação aos transportes de Évora qual é a estratégia que se está a pensar? Eu pergunto ao Sr. Presidente da CME se aquele contrato que foi feito com a CME e a Câmara de Beja em 2001, com a Direcção Geral de Transportes Terrestres, no financiamento de 4 autocarros e cujo financiamento era a 90% a fundo perdido, se esses autocarros vieram ou se abdicámos de 90% a fundo perdido?

Em relação às vias de cintura está previsto o início da obra da via de cintura entre a estrada de Estremoz e a estrada de Beja, eu pergunto ao Sr. Presidente da CME, se a breve informação oral dada na reunião de Câmara aos Srs. Vereadores da perspectiva de alterar esta via de cintura mais de 200 metros para lá do Charrama, se não vai retardar a execução desta obra e se for alterado este circuito quais as razões e os interesses desta alteração?

Em relação às questões do Orçamento, mais uma vez a CDU demonstrou ser realista. Em relação às questões da dívida, fala-se em conter despesas correntes, à custa de quê e como? À custa do apoio às colectividades, segundo informação de alguns agentes do nosso Concelho houve diminuição em algumas actividades desportivas, eu penso que se tiver de se cortar que sejam em outras iniciativas. Queria deixar um pequeno exemplo, pela primeira vez a CME dispensou os Serviços dos trabalhadores da Câmara para realizar a festa dos trabalhadores da Câmara, queria perguntar se ficou mais barato recorrer a serviços exteriores à Câmara?”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal João Andrade Santos: “As orientações que a Câmara fez no seu discurso introdutório parece-me ser importante no que toca a alguns equipamentos, e a área de desenvolvimento económico deve ter isso em conta. O terreno adquirido para as Feiras e Exposições já estava adquirido e o projecto feito, e o Arquitecto que estava encarregue de fazer o projecto já não será da sua autoria e o local já não será o mesmo. O Pavilhão Multiusos passa a ter também uma mudança de local e queria sobre isso algum esclarecimento.

Outra preocupação é o abandono a Évora Capital da Cultura 2005, é um grande investimento na recuperação de atrasos e na adaptação da cidade para esse efeito e essa perspectiva desapareceu. Nas iniciativas em que não estejam envolvidos investimentos próprios da autarquia, penso que a CME deveria ter uma postura activa, preocupa-me que em relação à Academia de Aeronáutica seja minada por interesses que criaram uma escola em Tires, e que desviam os estudantes para esta zona, e deveria haver uma intervenção decidida, e tomadas de posição públicas para que não exista uma travagem de um projecto como este.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao deputado Municipal Acácio Alferes: “Toda a gente tem conhecimento de que o País vive numa profunda crise e que não vai haver dinheiro para fazer face a todas as necessidades. Queria fazer realçar um dos vectores referidos pelo Sr. Presidente da CME, sobre o ser mais importante fazer aumentar as receitas em vez da diminuição das despesas, e é de enaltecer a perspectiva que o executivo da Câmara de Évora está a fazer para enfrentar a crise. Temos aumento das receitas próprias procurando privilegiar que se cedem em Évora investimentos de todos os tipos, para através deles se perspectivar uma receitas das derramas, mas também tem aspectos sociais, como o aumento do emprego. A actualização do cadastro da zona urbana, para que assim se aumentem as receitas da contribuição autárquica como para aumentar a justiça social. Está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

previsto um aumento inferior de 3% nas despesas correntes, devo referir que do ano de 2000 para 2001 houve um aumento de 18,9%. Existe um pormenor relativamente ao constrangimento das despesas correntes sem afectar os trabalhadores, que temos de reconhecer muito importante.

Queria referir que da parte do PSD existe uma referência a que os parques subterrâneos têm pouca verba, que a Biblioteca Municipal tem pouca verba, o campo Desportivo Municipal deixa passar o Euro 2004. A intervenção do PSD esteve na defesa do seu Governo, mas o Governo do PSD recebeu votos com promessas que não está a cumprir, e provavelmente não os receberia se dissesse o que iria fazer.

Ninguém diz que a CDU deixou tudo por fazer, mas não há duvida de que ficou muito por fazer. E foi pelos munícipes sentirem que mereciam ter mais que retiraram a confiança à CDU e a deram ao Partido Socialista.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Luís Carmelo: “Tenho o dever de responder à Dr.^a Carmen Balesteros e de lhe agradecer as palavras que me disse, mas não gostei de que me chamasse palavroso. A Dr.^a Carmen ficou preocupada com duas coisas, uma tinha a ver com identidade e outra com ordem. No primeiro caso gostaria que especificasse personagens e papeis, e dizer-lhe que aqui neste texto está apenas a minha experiência como escritor e a minha pouca experiência como Deputado Municipal, e concerteza a minha experiência enquanto Assessor do Sr. Presidente da CME, quanto à segunda questão, a Sr.^a Deputada gostaria que lhe desse alguma ordem de referência e saber a que me refiro neste texto, é evidente que nenhum texto cria de forma pré adquirida um referente, sendo um texto muito mais afirmativo do que negativista.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Primeiro Secretário José Russo: “Em matéria cultural queria referir que Évora com esta gestão continua a fazer coisas a mais, já com a gestão anterior que por aqui passou, no plano cultural sob o meu ponto de vista devia-se fazer menos e melhor, com mais qualidade. Gostava de saber sobre o que é que esta gestão quer fazer no plano cultural?

Outra coisa que me perturba é a de que tudo o que foi feito para trás não é bom, e penso que existem coisas que uma vez que não se podem alterar poderiam ser aproveitadas. Queria ainda referir que seria útil fazer uma pequena sondagem junto da população, sobre qual a sua opinião sobre a actividade cultural da cidade.

Relativamente à questão da estratégia de intervenção cultural, os equipamentos são uma necessidade para que determinadas actividades tenham lugar.

As parcerias são fundamentais na cultura da cidade, mas deve-se ter cuidado com as parcerias com organismos como o Centro Cultural de Belém, para também salvaguardar as nossas dinâmicas e a nossa identidade.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal José Piteira: “Na página 11, onde diz planear com as juntas de freguesia, é algo que me agrada. No item que refere as repavimentações das freguesias rurais, não se sabe o que cabe a cada freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Na página 17, no que se refere à reabilitação das infra-estruturas das freguesias rurais, falta a especificação a que freguesia diz respeito.

Na página 21, temos redes de estrada e caminhos municipais e repavimentação de estradas, e o caminho municipal 1095 Machede EM 594, que liga Machede à estrada 534, é pavimentação ou repavimentação?

Queria também ainda saber se o caminho que liga Machede à estação se é repavimentação ou se é concerto?

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Vítor Tomás: “Este é um documento em que foi utilizada praticamente em todas as páginas a mesma disquete relativamente ao documento do ano anterior, e as alterações são pequenas, e eu para poder votar em consciência, teria que saber quais são os critérios de distribuição das verbas nos mais diversos pontos, é obvio que isto limita os direitos da oposição, e eu pergunto se o Eng.º Acácio Alferes sabe quais são os critérios de distribuição dos dinheiros? Se calhar não sabe.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal Jorge Lourido: “No ano passado a Bancada da CDU deu o benefício da dúvida e absteve-se, mas este ano a gestão foi marcada pela paralisia e por um conjunto de projectos adiados, como o atraso que teve a Via de Cintura Norte, a paralisia do Parque Recreativo do Bacelo, os trabalhos com o Salão Central, o Viva a rua, a limpeza fora das muralhas, o mercado 1.º de Maio, a fábrica da música, a entrega da água à empresa municipal e o prescindir de recursos que viriam das expropriações. Uma gestão que depende das alterações do PDM e do PU e um conjunto de sacos azuis que não nos permitem vislumbrar com toda a clareza as directivas e os investimentos que vão ser feitos.

Na página 5,6 e7, das Grandes Opções do Plano, refere que as autarquias são responsáveis por um conjunto de obras de grande importância, e que foram elas as principais responsáveis pela diminuição e pela ultrapassagem de carências imprescindíveis às populações, diz a seguir que o empreendimento dessas obras custaram em termos gerais ao Estado Português despesas diminutas e que por isso deviam ser apoiadas, na outra página a seguir diz que em Évora é uma excepção e só se fizeram gastos e não se fez obra e nada está feito.

Se por um lado condenamos as políticas centrais, parece-nos uma desculpa esfarrapada a situação financeira da Câmara e uma desculpa para aquilo que ainda não foi feito.

Não se vislumbra uma estratégia para a cidade, abandonam-se projectos de grande qualidade, como o Rossio e o Parque Urbano, e mandam-se para as urtigas arquitectos como Rita Graça e Sisa Vieira, dá-se prioridade à mobilidade urbana mas prescindiu-se da compra dos dois mini autocarros ecológicos a custo quase zero.

Levanta-se a bandeira da qualidade e da protecção ambiental mas hipoteca-se um recurso estratégico, que é a água, ao entregar-se a uma empresa de futuro duvidoso.

A cultura, o Património, a educação, o desporto e a solidariedade social também apresentam reduções drásticas nos investimentos, uma vez que em 2005 Évora será Património da Cultura. A Biblioteca Pública e o Arquivo voltou à estaca zero, o Pavilhão dos Congressos desaparece.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Estas são algumas das razões que nos levam a votar contra estas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Deputado Municipal José Mateus:

“Depois de ouvir a Bancada da CDU, até parece que estas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2003 não têm nada de bem feito. Dos últimos 4 anos da gestão CDU a realização dos investimentos ficou-se pelos 53%, mas curiosamente o recurso aos empréstimos bancários aumentou cerca de 130,4%. Concluo que de toda esta conversa, que falam, falam e nada se diz de relevante.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Sr. Presidente da CME: “O Sr. Deputado Estevão Bicho referiu que algumas questões previstas no Plano e Orçamento não serem prioritárias na sua freguesia, e questionava a necessidade das mesmas, e é a primeira vez que ouço um Presidente de Junta a sentir que são obras a mais porque o que é habitual ouvir é que estão sempre a menos.

Este não é um Orçamento inflacionado, como era habitual, é um Orçamento que procura ser realista. Poderíamos colocar muitos mais projectos, seria muito maior o volume de investimento previsto, mas teria que ser também inflacionado na perspectiva das receitas. Existem aqui alguns projectos que vão ter maior capacidade de execução do que outros, e a Câmara Municipal tem mecanismos de gestão orçamental que permitirá melhorar a sua execução fazendo as revisões orçamentais para aumentar a eficácia e capacidade de execução.

A questão das transferências para as Assembleias de Freguesias e Freguesias está contemplada em verbas próprias no Orçamento. A verba global é ligeiramente superior ao que foi no ano passado, e nela estão contidas as verbas para cada uma das freguesias. Há bem pouco tempo foi assinado entre a Associação Nacional de Municípios e a Associação Nacional de Freguesias um protocolo que homogeneiza esta questão das transferências para as freguesias. Não se poderia trazer aqui qual foi a verba transferida para cada uma das freguesias, porque isso será de acordo com as competências que se vierem a aceitar, o que está contemplado em Orçamento é a intenção da câmara em fazê-lo.

Em relação ao Jardim de Infância, há neste momento que repensar uma nova localização para o mesmo, o que leva a integrá-lo no parque escolar e a negociações dos terrenos.

O Sr. Deputado Palma Rita, falou da questão dos parques subterrâneos, do Parque, Feira e exposições, da Biblioteca Pública, do Complexo Desportivo e Municipal. Contrariamente à opinião do Sr. Deputado Celino, o Plano de Urbanização foi aprovado em Março de 2000, e poderá ser revisto em Março de 2003, e é nesse sentido que estamos a trabalhar, a nossa intenção é suscitar um debate público, e depois vir à Assembleia Municipal.

Todos os projectos que estão previstos nos parques subterrâneos, pressupõem a concretização e a realização de projectos de engenharia financeira, que são a forma possível de superar a dificuldade de a curto prazo a Câmara ter receitas para gerir os mesmos.

Está criada uma empresa mista que é o SITEE, que é responsabilidade de gerir toda a questão do estacionamento, e dos transportes públicos em Évora, e tem tido como fonte de financiamento praticamente a CME, e tem tido uma relação nos últimos anos com a CME que não tem sido a mais transparente e que tem prejudicado os nossos munícipes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Relativamente aos autocarros, o contrato que estava assinado com a Direcção Geral de Viação pressupunha a aquisição por parte da CME dos autocarros em questão, para depois serem transferidos para a propriedade do SITEE, o que acontece é que a CME entende que não deve continuar a subsidiar o SITEE de uma forma indirecta através da transferência de equipamentos e de meios, quando deve ser o SITEE a adquiri-los, e é isso que está a ser preparado. Por exemplo, a construção do parque subterrâneo, no Jardim das Canas, que significou um investimento na ordem dos 400 mil contos, e é o SITEE que tem as receitas não dando qualquer contrapartida para a CME.

Está previsto para a zona entre a Porta da Aviz e a Porta da Rua da Lagoa, uma zona que seja destinada ao que se tem chamado as “Docas Secas”, significa que será uma zona destinada a descomprimir a animação nocturna do Centro Histórico, levando para ali equipamentos de restauração e de animação nocturna, é um espaço que está entregue ao Arquitecto Manuel Salgado para o estudo da área, e está integrada no Programa PÓLIS, e no âmbito do Plano de Urbanização está previsto a construção do parque de estacionamento do outro lado da circular.

A questão da Biblioteca Pública, existe uma decisão tomada, existe um estudo feito pelo Arquitecto Sisa Vieira do Rossio de S. Brás, é uma opção que não rejeitamos, mas dar cobertura a uma operação de especulação imobiliária que era aquilo que estava previsto para se construírem 6 hectares de betão no Rossio de S. Brás, quando o Rossio tem 4, com a Biblioteca, e com o Arquivo muito bem, mas acima de tudo com habitação comércio e estacionamento. O Arquitecto Sisa Vieira continua ser Assessor da Câmara Municipal, e todo o conjunto de projectos que estão a ser desenvolvidos por ele só agora é que estão a ser entregues.

O Complexo Desportivo Municipal mantém a sua localização, mas é bom perceber que quando se diz que estes processos estão atrasados, ver o que é que havia do processo do Complexo Desportivo Municipal, o que é que havia da Biblioteca, o que havia eram intenções, faltavam os projectos terminados.

Quando se diz que as potencialidades do Euro 2004 não são bem aproveitadas, queria informar que a candidatura que foi apresentada à AME no ano 2000 foi chumbada pelo Instituto do Desporto, porque não considerava viável a existência de um centro de Estágio e de Acolhimento para o ano 2004. As Câmaras Municipais que têm projectos comparticipados para o Euro 2004, estão a passar sérias dificuldades orçamentais.

A questão dos investimentos na área do saneamento têm que ser compartimentadas daquilo que se prevê, daquilo que forem investimentos que sejam da responsabilidade do sistema, é por isso que não se vê lá referida a nova Estação de Tratamento do Monte Novo. Saiu uma norma do Ministério do Ambiente que prevê que as pequenas ETARES destinadas à construção em zonas com populações inferiores a 500 habitantes podem candidatar-se no âmbito dos fundos comunitários, nomeadamente do Programa Operacional Regional.

O Sr. Deputado Palma Rita referiu ainda o ataque feroz que é feito ao Governo, quero-lhe dizer que é feito de uma forma muito comedida, do que aquilo que é hábito ser feito nomeadamente pelo Presidente da Associação Nacional de Municípios, que é tudo concerteza menos suspeito da sua fidelização partidária.

Quanto ao que o Sr. Deputado Celino Silva referiu, a nova cultura de Planeamento é realmente diferente e o Senhor pode não estar de acordo com ela e está no seu pleno direito. Essa nova cultura de Planeamento passa por construir as novas Vias Circulares do Ramo Norte, mas não como anteriormente, em que não havia um Plano de Pormenor da zona de passagem dos Leões.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Estava-se anteriormente a investir dinheiro municipal sem que houvesse o cuidado de elaborar um Plano Pormenor para a zona dos Leões.

A cultura de Planeamento é feita de uma forma democrática, procurando chegar a consenso e a acordo. E é nesse sentido que o PDM está a ser preparado, negociar sem complexos de forma transparente e aberta.

O Parque de Feiras e Exposições não foi mandado às urtigas, nem o Arquitecto responsável por ele, é sim um colaborador da CME. A nova localização do Parque tem a ver com a Circular e a sua alteração de posição. Não há aqui nenhum deixar cair projectos mas surgem-nos prioridades. Todos os projectos, como o Parque de Feiras e Exposições, a expansão do Parque Industrial e Tecnológico, a Praça de Touros, os Parques de Estacionamento tem um denominador que lhes é comum, é o facto de CME por si só não ter capacidade de fazer todos estes projectos, tendo que dar prioridade de execução.

A questão da bolsa de terrenos e do que se diz do mau negócio que a CME fez, eu gostava de saber como é que se fala dos 5 milhões que foram metidos no bolso. No bolso de quem? Dos Proprietários dos terrenos? Os proprietários se fossem expropriados a preço de expropriação pública para construção de infra-estruturas, e que os próprios autores da expropriação lhe anunciam que constitui uma fonte de receita dos terrenos de 5 milhões de contos? Tanto que havia sobre este assunto 3 queixas em tribunal de extorsão. Municipalizar a custo de infra-estrutura pública, para depois colocar no mercado para construção de habitação antecipando uma receita de 5 milhões de contos, penso que isto não é do interesse público e que não é correcto continuar a insistir de que era este o caminho para a CME para ter terrenos. O caminho em que se estava era de bloqueio. Mas o que os Senhores da Bancada da CDU têm criticado tem permitido arrancar com a obra, e tê-la em tempo útil e viabilizar a candidatura que estava aprovada.

À Sr.^a Deputada Carmen Balesteros agradeço-lhe a sua intervenção, esforço, e cuidado da preparação da mesma, mas penso que as conclusões que tirou são abusivas, essencialmente na acusação da falta de transparência, onde é que há falta de transparência? Eu dou-lhe o conselho de procurar nos Planos de Actividade e Orçamento anteriores que são bem mais próximos e veja o que tinham. Os Senhores Deputados Municipais que agora tanto clamam transparência, fazem-no sobre regulamentos que foram aprovados do executivo anterior e que estão ainda agora em vigor. Seria impensável num campo de restrição orçamental como toda a gente sabe, virmos aqui propor aumentos.

Espero que os Senhores Presidentes de Junta compreendam o esforço que a CME faz, e que fará tudo em transparência daquilo que for a capacidade de execução.

Relativamente ao Cartão Social do Município estão uma série de candidaturas em preparação junto da Segurança social, nesse cartão social estarão contempladas rubricas que permitirão apoios que vão desde os transportes a medicamentos aos mais carenciados.

A piscina municipal vai ser alvo de recuperação, porque a piscina hoje tem um sistema que já não se compatibiliza com os dias de hoje, e está perfeitamente desadequado, quer de condições de higiene e segurança quer de equipamentos da rentabilização da piscina.

O Sr. José Russo referiu que fazemos coisas a mais na cultura, e estou perfeitamente de acordo, mas temos que entender que a descentralização leva a que haja muitas pequenas iniciativas, mas isso não impede que a preocupação com a qualidade não nos faça ser criteriosos, preocupando-nos bastante com as parcerias que fazemos e que sejam as mais vantajosas para a CME.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Ainda queria explicar a questão do Salão Central, o seu projecto ainda não está pronto, mas não foi deixado cair em esquecimento, está-se a trabalhar no projecto para depois se fazer a sua orçamentação, abrir o seu concurso e fazer a sua candidatura, e é o que se vai procurar fazer durante este ano.

O mesmo se passa com o mercado 1.º de Maio, e quem era o responsável era o Arquitecto Nuno, e que se foi embora em Junho pelo que o projecto de arquitectura não fiou concluído, e a obra continua sem o projecto aprovado, ou seja, a candidatura foi feita com base num estudo prévio, e esta Câmara agora não tem essa possibilidade, e agora tem de realizar receitas para conseguir meios de financiamento para suportar encargos da obra.

A CDU tem dificuldade em aceitar a auditoria que a “Arthur Andersen” fez, mas há uma coisa da qual não admito dúvidas, é que os Senhores deixaram a CME com uma capacidade de endividamento completamente esgotada, principalmente nas dividas de curto prazo, por isso não questionem mais essa condição, basta ir à Direcção de Finanças e aos Bancos, e ver o que esta Gestão herdou de encargos da divida na ordem de 1 milhão e 200 mil contos, isso dá por dia cerca de 3 mil e 500 contos. Quantas mais ruas eu faria, parques infantis, estradas para as freguesias, podem negar até à exaustão, mas não esta evidência.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra à Sr.ª Vereadora Fernanda Ramos: “Eu gostaria de dizer à Sr.ª Deputada Carmen Balesteros, que devido ao adiantado da hora não lhe posso responder a cada uma das questões que colocou, mas que estou disponível, para quando quiser responder-lhe a todas as suas questões, nomeadamente na área da Educação, Acção Social e do Turismo.

Reafirmo que tudo está plasmado no Orçamento e no Plano de Actividades, e que estou em condições depois de clarificá-la, tudo depende da maneira como se organiza e da estrutura do que é o POCAL, e gostaria ainda de dizer que qualquer subsidio que seja atribuído tem de o ser em reunião de Câmara, e como sabe a CDU está nessa reunião representada e tem também ela participado em 99%, e estes aprovados por unanimidade.”

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Senhor Vereador Miguel Lima: “Em relação à Via Cintura Nascente, e ao traçado é bom que se lembre que o traçado que estava aprovado pelo anterior executivo tinha uma passagem de nível, e quando veio para este executivo entendeu-se que se deveria rever esse traçado para suprimir duas passagens subterrâneas que esse traçado tem, e desta forma pensamos fazer uma via mais segura.

Esclarecendo a dúvida do Sr. Presidente da Junta de Machede, esta não é uma repavimentação mas uma pavimentação do caminho municipal de Machede que o liga a St.ª Susana. E relativamente à Estação de Machede, existe uma rectificação da Ponte para que quando a Barragem está cheia se consiga passar para o lado da Estação.

O Sr. Presidente da AME dá a palavra ao Senhor Vereador João Libório: “A uma data altura, em algumas intervenções, as pessoas não tiveram o cuidado de verificar que o PPI esgota-se no Orçamento mas o PPI não se esgota no Orçamento.

O Sr. Deputado Raimundo Cabral referiu a festa de Natal, e devo dizer-lhe que o que se passou foi que uma Comissão de Funcionários desta Câmara, reuniram comigo uma vez, em que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

definimos as linhas mestras de como seria a Festa, e a partir daí a Festa foi deles, não houve interferência nenhuma da minha parte, agora aconselho-o a perguntar se não terá havido a desistência de alguns funcionários, a partir do momento em que souberam que não haviam horas extraordinárias, e no entanto essa mesma decisão de não haver horas extraordinárias foi também uma decisão deles.

Relativamente às Associações Desportivas, penso que em 2002 houve mais pagamentos que em 2001, porque as regras foram completamente seguidas, e com a pequena diferença de em 2002 pagarmos apoios atribuídos em 2001, mas que não tinham sido pagos.”

O Senhor Presidente passa à Votação do Ponto 7

As Grandes Opções do Plano estão Aprovadas com 20 votos a favor, 13 votos contra e 4 abstenções.

O Senhor Presidente passa à Votação do Ponto 8

Aprovado o Orçamento com 20 votos favoráveis, 12 votos contra e 5 abstenções.

O Senhor Presidente da AME coloca o documento respectivo dos Pontos 7 e 8 a receber as respectivas assinaturas de todos os Deputados Municipais da Assembleia.

O Senhor Presidente da AME colocou à votação a minuta da Acta que foi aprovada por unanimidade.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário – João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 21/02/03, com 23 votos a favor e 9 abstenções)